

INCORRERE PORRE [OS]

rede de equipamentos para a
população que habita a rua,
em sorocaba-SP

por ana flávia albiero bertonceli

Ana Flávia Albiero Bertonceli

Monografia apresentada ao Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Universidade Estadual Paulista - FCT - Unesp, Campus de Presidente Prudente.

Orientadora: Prof. Dr^a. Cristina Maria Perissinotto Baron

Presidente Prudente, 2017

INCOORE
PORRE
[OS]

Palavras chave:

1. Rede de equipamentos;
2. população que habita os espaços livre de uso público;
3. Sorocaba-SP;
4. Função social da Arquitetura;
5. modus vivendi.

¹ locução latina que significa maneira de viver, Priberam da Língua Portuguesa in Dicionário

resumo **INCORPÓRE [O S]**

Este trabalho tem como tema uma rede de equipamentos para apoio à população que habita os espaços livres de uso público, apresentando como recorte territorial a cidade de Sorocaba - SP. A decisão pelo tema surge de um desejo específico de trabalho no qual a Arquitetura expresse seu caráter social, a partir das peculiaridades desta população, numa busca da perda de sua invisibilidade costumeira. Pretende-se analisar qual o potencial da Arquitetura neste processo, ou seja, as possíveis alterações sociais no cotidiano desta população a partir de projetos que se contaminem de seu modo de vida.

O trabalho também busca entender seu modus vivendi ¹, percebendo-o como uma opção válida. Concentra-se em compreender o quanto a presença desta população tem modificado a paisagem urbana e parte, portanto, deste habitat paralelo à cultura socialmente aceita para suas análises. Perpassa por esta justaposição das diferentes esferas da cidade, pelo fazer, materialidade, fala, hábitos e criatividade desta população, como artefato projetual.

1
SOBRE SERES HUMANOS
prefácio/
o outro/
as sociedades e a construção de seus outros/
a base do conflito: a burguesia como parâmetro universal /
do consumo à formação do ser incorpóreo/

0

3
A ORDEM EXISTENTE
análises urbanas/
principais áreas de permanência/
conclusões sobre as análises urbanas/
saturação do modelo/
sobre a população que habita a rua em sorocaba/
referência projetual/

2
SOBRE SERES URBANOS
sobre assepsias humanas/ urbanas/
os diferentes ritmos existenciais/

4
UMA DIFERENTE ORDEM
contaminações espaciais/
espaço em construção/

5
PROPOSTA PROJETUAL



8 FIGURA 1: Pessoa em situação de rua, dormindo com seu animal de estimação em Sorocaba – SP. FONTE: Acervo pessoal.

1

SOBRE SERES HUMANOS

prefácio/
o outro/
as sociedades e a construção de seus outros/
a base do conflito: a burguesia como parâmetro universal/

as noções de espaço do morador de rua podem atingir um grau enorme de experimentação, no qual o público e o privado se mesclam aos nossos olhos, e as bricolagens e sobreposições de materiais são utilizadas para fomentar uma noção diferenciada de espaço. este se torna, ao primeiro impacto, um muro, quase que esquizofrênico, incompreensível para os modos de vida burgueses de nossa sociedade. Mas, atravessando as sombras desse muro, entramos num oceano de criatividade e de vislumbres construtivos inigualáveis. espaços autônomos, mutáveis de acordo com as necessidades do cotidiano, interações entre sobrevivência, moradia e corpo, que vão, ao mesmo tempo, sendo constituídas ininterruptamente. O lixo de consumo da sociedade torna-se a pedra fundamental para a vida na rua (EICHEMBERG, 2004).

SOBRE SERES HUMANOS

1.1 prefácio

As bases para a compreensão desse trabalho, iniciam-se, primeiramente, em meu entendimento ao longo da graduação do que seria, de fato, Arquitetura. Neste sentido, entendo-a como a resposta dada pelos usuários, as intervenções realizadas (independentemente de sua escala) no espaço físico, ou seja, parto do princípio que se faz Arquitetura quando os seres humanos se apropriam do que fora produzido, quando há relações de trocas materiais e/ou emotivas com os locais.

O contexto brasileiro de diferenças sociais abruptas, políticas públicas deficitárias, e relações capitalistas acirradas, invisibiliza uma grande parte da população. Neste panorama, há uma distorção do papel da Arquitetura e de sua função social intrínseca, tanto nos espaços públicos, os quais para “funcionarem” necessitam promover certa seletividade de uso e dos indivíduos frequentadores, assim como no que tange a política habitacional brasileira, na qual a população informal

encontra-se longe da concretização de seus direitos básicos. Consolida-se, portanto, como afirma Eichemberg (2004), a atuação arquitetônica como política de embelezamento e socialização controlada, num cenário de espaços enclausurados e vigiados, o que se traduz na contra imagem dessa proposta.

O segundo ponto de grande valia se traduz na intenção de evidenciar a função social do fazer arquitetônico, o que no contexto em questão se fundamenta na investigação das possíveis alterações no cotidiano destes indivíduos a partir, essencialmente, de uma Arquitetura humanitaria - termo utilizado por Loschiavo (2005) e entendido como a necessidade de se considerar os diferentes indivíduos na construção de uma cidade mais humana principalmente para os tipicamente excluídos - como ferramenta de enfrentamento diferenciado para a questão da população em situação de rua. Ou seja, o intuito dessa proposta perpassa pelo diálogo como parte do processo projetual, na expectativa de que se desenvolva uma simbiose entre o público alvo e sua cultura material e afetiva, assim como das características dos locais de implantação do projeto a ser desenvolvido.

A base da proposta a ser apresentada se pauta no indivíduo como o centro de todo o processo, fazendo com o trabalho seja desenvolvido a partir de uma metodologia de observação participante - a qual é realizada em contato direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, sendo assim o próprio investigador o instrumento de pesquisa, requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão e interações entre sujeitos em observação (CORREIA, 2009, p.31). A proposta está, portanto, ancorada na vivência desses espaços pela autora nos últimos anos, e em uma sincera tentativa de estudar, livre de pré conceitos, tal forma de inserção no espaço público.

como é viver na rua? é muito ruim. você deveria experimentar pra ver o que eu tô falando. qualquer dia chama os seus amigos e faz isso pra você sentir. a gente reveza quem dorme um pouco pra ficar de olho nos outros e nas nossas coisas. é muito complicada, mesmo, essa situação que a gente se encontra (R,L. Como é habitar a rua. Rua Bernardo Magalhães, Sorocaba – SP, em 15 de abril de 2016. Depoimento concedido a autora).



FIGURA 2: Entrevistado em situação de rua, em Sorocaba – SP. FONTE: Acervo pessoal.



FIGURA 3: Placa de pessoa em situação de rua pedindo doações em uma das avenidas de Sorocaba – SP. FONTE: Acervo pessoal.

1.2 o outro

Partindo do entendimento de que “o outro” de cada sociedade advém de uma miríade de possibilidades e especificidades, neste trabalho classificamos como outros, a população que habita as ruas, seja por opção, seja pela falta delas. Utilizamos este termo para representar não um juízo de valor particular, pois, o intuito aqui apresentado é justamente o de enxergar tal forma de vivência do espaço público como válida, mas tal termo dá conta de sustentar a visão, majoritária, que a sociedade socialmente aceita tem, daqueles que trazem para o espaço público as práticas de sua existência privada, sejam elas de forma camuflada ou escancarada.

Muitos dos autores que utilizaremos como referência e faremos paralelos conceituais, empregam o termo “estranhos” para agrupar os indivíduos que das mais variadas formas desviam dos padrões sociais impostos, mas, acredito que há uma parcela dos que são considerados estranhos que são ainda aceitos pela sociedade (os que se vestem de maneira diferenciada, os que radicalizam cores e cortes de cabelo, ou mesmo os

que participam de tribos urbanas), ainda são considerados personagens da composição urbana, de alguma forma ainda são parte do “nós”, já os entendidos como “outros”, não.

Quando se define os padrões a serem socialmente seguidos, quem se distancia deles é visto com repulsa. Neste sentido o termo “outro” se torna adequado à medida em que tais indivíduos não são inclusos socialmente na composição urbana, nas palavras de Hovnanian (2013) em sua conceituação do “estranho”, defende que estes surgem em uma ordem como uma força social a partir de uma inter-relação ambivalente: de pertencimento e simultaneamente não pertencimento, pois, um indivíduo pode ser membro de um sistema no sentido espacial, sem que seja no sentido social.



FIGURA 4: Fotomontagem de pessoas em situação de rua na chamada “Cracolândia”, em Sorocaba – SP. FONTE: Acervo pessoal.

Definidos, de modo geral, pela ausência de domicílio, os moradores de rua são denominados, em várias línguas, a partir da privação: em inglês homeless, geralmente traduzido por sem teto, wohnungsloser em alemão, isto é, aqueles que perderam a moradia. O interessante dessas expressões é a ênfase particular de cada uma: ao homeless falta o home, que não é exatamente a casa, mas o espaço doméstico, que, aliás, não está sempre ausente das moradias de rua [...]. A denominação comum na França, sans domicile fixe, comumente abreviado em S.D.F soa, por sua vez, como uma questão de polícia. Possuir um domicílio fixo tem mais a ver com o controle social do que com o conforto pessoal (ao contrário do home). O termo comumente usado no Brasil, morador de rua, destaca-se por sua positividade: não se baseia na carência. Mas, talvez, a privação que o caracteriza é apenas implícita, pois, como o mostrou R. DaMatta, há uma forte oposição, na cultura brasileira, entre a casa, lugar das pessoas, e a rua, onde se encontram apenas indivíduos. A rua, sendo uma ‘terra de ninguém’, morar nela já denotaria um estado de privação (KASPER. C. P. 2006, p.47).

Ao compilar pensamentos de Lévinas a partir de uma contextualização destes no século XX, Gomes (2008) aborda a temática da *ética da alteridade*, a qual se aproxima significativamente da postura adotada neste trabalho. Esta consiste em se abrir para o outro, entretanto, principalmente para o que este apresenta de dissemelhante, sendo dessa forma, respeitado precisamente como se encontra. Não se espera que os indivíduos formem uma totalidade homogênea, o que nos faz concluir que não é suficiente olhar para o outro quando se está concentrado em si mesmo. Para o autor somente percebendo no outro sua condição de outrem, é que se pode garantir sua identidade.

A não aceitação do outro, e sua conseqüente inferiorização, fazem com que a visibilidade destes e de suas práticas sociais sejam incômodas a população inserida na ordem social dominante, o que reitera o peso dos estereótipos, a partir do contraste entre a homogeneidade da ordem estabelecida e dos que estão fora desta. Os excluídos dela são, portanto, considerados frequentemente como ameaça.

A conceituação de Bauman (2005) sobre os “seres redundantes”, vincula-se a nossa definição de “outros”. Demonstra-se o viés de superioridade dos participantes da ordem vigente, reforçando a ideia de que são raras as relações humanas entre a cidade formal e o que é definido como seu subproduto. Ou seja, entende-se que há uma produção muito grande de tais “excessos humanos”, o que sugere a conformação de uma linha muito tênue entre o “outro” e o descartável.

1.3 as sociedades e a construção de seus outros

As diferentes sociedades conformam seus outros de maneiras bastante específicas, porém, a presença destes indivíduos, encarados como diferentes, é uma constante, uma característica intrínseca a formação das cidades, do arranjo urbano, produto de um espectro de variantes que se impregnam principalmente de questões socioculturais. O outro se apresenta como um arquétipo suscetível a adjetivos negativos, que permanece pelo tempo.

O que não segue tal constância nos diferentes arranjos urbanos e temporais, são os enfrentamentos adotados para com “o outro”, perpassando pela invisibilidade, repulsa, exclusão, adentrando até mesmo em políticas higienistas e de eliminação, as quais surpreendentemente, não se restringem a um passado remoto, conformando os estigmas físicos e psíquicos sob os quais tais corpos foram/são submetidos. Porém, quando na temática sobre a população que habita a rua, tal estigma é refletido não só nas relações sociais, como também na paisagem urbana, a medida em que esta fica gradativamente mais hostil aos cidadãos.

O afastamento de uma possibilidade de classificação objetiva, viés que se entrelaça diretamente a formação do outro, do reconhecimento de suas práticas nas sociedades, e de seu caráter desviante é enxergado como negativo. Nas palavras de Côrtes (2008), é recorrente em toda a história, em todos os tempos e lugares, o empenho das sociedades em combater esta ideia de ambivalência, ou seja, em combater seus outros, entretanto, reitera-se que nunca tal “guerra” fora tão radicalizada como no surgimento e constituição dos tempos modernos. A autora ressalta que o encargo desta luta contra a ambivalência, assim como seu controle foram questões atribuídas ao Estado, definindo tal projeto como “construção da *ordem*”.

Neste sentido, Marotta (2005), investiga em seu trabalho o quanto a Sociologia urbana tem negligenciado o potencial analítico do “estranho”, propondo um modelo interpretativo, no qual adota uma tipologia de três “outros”: o pré-moderno, o moderno e o pós-moderno, no intento de aprofundar-se nas relações entre a urbanidade e diferença. Em sua análise temporal do tema, percebe-se uma relação interessante sobre as distancias sendo redefinidas, diminuídas nesse processo.

Com relação aos estranhos pós-modernos, demonstra-se que novamente a fronteira entre proximidade e distancia são desestabilizadas, porém explana-se como neste período a cidade torna-se um espaço de controle.

O espírito moderno se colocou o seguinte imperativo: era preciso ordenar a sociedade, nada poderia ser deixado ao acaso, nada poderia seguir seu fluxo espontâneo e não-governável. No entanto, os tempos modernos apresentavam uma novidade central em relação às outras experiências históricas: o impulso de ordenar e classificar o mundo não se voltava apenas à natureza, aos seres, às experiências e aos eventos, mas fundamentalmente aos homens (CÔRTEZ, 2008, p. 02).

1.4 a base do conflito: a burguesia como parâmetro universal

O ideário moderno, em sua busca incessante pela classificação e governo universal, direcionou a arquitetura do período para esta mesma concepção, a da constituição de um “eu coletivo” o qual apresentaria basicamente as mesmas necessidades. Portanto no que tange a moradia, buscou se abranger as necessidades corporais de forma funcional, ou seja, há, portanto, a constituição de um conjunto ideal: uma moradia funcional para um homem produtivo.

De fato, as pretensas funções não passam de práticas costumeiras de um certo grupo social (que se convencionou chamar de burguesia), naturalizadas em atributos humanos universais. Nessas bases, é claro que as formas de habitar que escapariam desta racionalidade particular serão vistas como deficientes. Nunca passarão de “tentativas de...” (KASPER. C. P. 2006, p. 24).

No contraponto de tal par ideal, trazer para a esfera dos espaços públicos as práticas privadas e condicionadas a uma moradia fixa, possuidora dos equipamentos adequados para

cada uma das funções, constituindo o ritmo do cotidiano mecânico, é visto como incômodo e reprovável. Há neste ponto uma contradição importante, apesar da ideia de que o espaço público é propriamente o espaço de todos, e que sua utilização é importante para que tal se mantenha vivo e reciclado, o grupo que mais se utiliza deste meio urbano, é o mais reprimido nestes espaços. O ambiente público é de todos na teoria, pois, na prática, até mesmo ele mantém certa seletividade. Se o acesso ao espaço público é negado a certa espécie de utilização, então o público estaria se transformando em nada além de um espaço semi-privado velado?

Neste sentido, nos aproximamos da ideia difundida por Kasper (2006) ao afirmar que embora o desenvolvimento histórico de variados atributos tenha seu desdobramento a partir da forma-casa, pode haver, a ideia de territórios domésticos na ausência deste molde, fazendo com que alguns atributos do habitar convencional tenham continuado e outros não. Ainda nas palavras do autor o que se entende por habitar não se inicia a partir da constituição de abrigos, e sim com a domesticação do espaço e do tempo, o que paulatinamente substitui os ritmos

sociais da vida dos homens. O habitar estaria então, pautado na relação entre o ambiente material e o homem. Enquanto a forma casa condensa facilidades e conduz a uma espécie de hábito que leva a automatização, isso não ocorre na relação de habitar a rua, pois, a vida destes indivíduos é marcada por um alto grau de instabilidade.

Outro ponto importante é que, ao se caracterizarem como distantes do mundo de consumo padrão, como dito anteriormente, a construção de estruturas temporárias, de abrigos e traquitanas para a sobrevivência, se baseiam principalmente no lixo, descarte e doações, o que gera um fazer particular, denominado como bricolagem. Neste contexto, alteramos o foco de nossa análise sobre fazer desta população, enxergando sua forma de habitar o espaço urbano como uma fonte de novos conhecimentos, como uma ponte entre a Arquitetura, sua função social, e seus arranjos improvisados, no intento de que projetualmente se possibilite um espaço de experimentações. Como defende Loschiavo (2005), o comportamento de perfil adaptável dos indivíduos em situação de rua deixa claro que não são somente vítimas, mas agentes

ativos e criativos na construção de seus apetrechos e abrigos, é justamente essa característica marcante que desejamos evidenciar a partir das estruturas que serão propostas, enxergando os como atores urbanos.

Quem são essas pessoas que procuram por sobrevivência aos olhos de todos, percorrendo as veias da cidade, construindo espaços reais num mundo ilusório? Um saco plástico torna-se chapéu, um pedaço de jornal transforma-se em cobertor, um papelão, em parede. Ao falar em morador de rua estaremos, inevitavelmente, falando sobre um modo de vida, uma interação intensa na qual se pode experimentar o novo e presenciar raros momentos de pureza, de arte (vide Gentileza) e de ruptura do véu amorfo que cobre a cidade contemporânea (...). O medo do invisível torna-se o próprio reflexo de um muro aos olhos dos habitantes, um muro paranoico, violento e desolador, que o homem contemporâneo vem levando em seu ventre e em sua mente, onde o prazer do corpo nos espaços da cidade fica entorpecido pela carga gigantesca de informações, pela manipulação das aparências pelo capital, e pelo controle ético do povo pela mídia (EICHEMBERG, 2004).



FIGURA 5: À procura de restos e materiais recicláveis em Sorocaba – SP. FONTE: Acervo pessoal.

1.5 do consumo à formação do ser incorpóreo

Numa sociedade de consumidores, todo mundo precisa ser, deve ser e tem que ser um consumidor por vocação (ou seja, ver e tratar o consumo como vocação). Nessa sociedade, o consumo visto e tratado como vocação é ao mesmo tempo um direito e um dever humano universal que não conhece exceção (BAUMAN, 2008, p.73).

O objeto de discussão deste trabalho chega, portanto, em seu palco de desenvolvimento: a sociedade contemporânea, a qual se atrela muito a ideia do consumo. Neste sentido, a população que habita as ruas, é uma das a ser excluída e negligenciada justamente por não fazer parte diretamente desta atmosfera de consumo tradicional, traduzindo-se na verdade, massivamente como o oposto disso, já que uma das fontes de sobrevivência e manutenção dessa população está calcada no lixo, no descarte dos consumidores frenéticos em questão e em aquisições de valor irrisório. Desta forma as relações ambíguas se fortificam: a medida em que a sociedade socialmente aceita retroalimenta seus temores, seus outros, a partir do que não lhes tem mais

serventia – mesmo que indiretamente.

Há uma construção imagética muito bem executada desse período com relação aos indivíduos. Um dos conceitos mais difundidos por esta, pode ser considerado o indiscutível valor do trabalho, o qual se conecta rapidamente com o falso ideário de meritocracia. Tais requisitos vão se diluindo até que se chegue na construção imagética da aparência ideal, pois, não é suficiente apenas ser um indivíduo dentro dos padrões éticos.

Compreender que os indivíduos que habitam a rua não seguem tais padrões sociais imagéticos é minimamente compreensível, não há neles a mesma relação com os objetos e objetivos que os consumidores padrão têm, não há, inicialmente, a possibilidade de higiene cotidiana, o que os coloca como sujos, como ameaça à ordem dos iguais.

Em uma sociedade pautada em aparências, para os que têm na rua seu espaço da vida privada, e vivem na extrema pobreza material, sua reinserção no mundo do trabalho formal ou informal é extremamente difícil. Para Amaral (2014) as

² Linha de pobreza é o termo utilizado para descrever o nível de renda anual com o qual uma pessoa ou uma família não possui condições de obter todos os recursos necessários para viver.

desigualdades socioeconômicas atuais, conduzem a relações laborais atípicas, a exemplo do subemprego, o qual se corporiza na emergência de uma categoria socioeconômica com rendimentos insuficientes para se manter acima da linha da pobreza². Segundo alguns autores, os indivíduos que constituem tais grupos sociais - ao nível de configuração de classe, por se encontrarem fora ou abaixo da classe trabalhadora tradicional, não poderão considerar se constituindo uma classe em sentido estrito, configurando, portanto, uma subclasse, ou seja, tais indivíduos encontram-se em um limbo social.

A noção de desemprego herdou sua carga semântica da autoconsciência de uma sociedade que costumava classificar seus integrantes, antes de tudo, como produtores, [...]. Uma sociedade que, portanto, classificava o emprego como uma chave – a chave – para a solução dos problemas ao mesmo tempo da identidade pessoal socialmente aceitável, da posição social segura, da sobrevivência individual e coletiva, da ordem social e da reprodução sistêmica (BAUMAN, 2005, p. 19).

A ideia de refugio para Bauman (2005) advém do processo de projeto, pois, refugio é o que sobra, e isto serve para os humanos, a partir do momento em que não se é útil para a sociedade, em que não se é uma peça da engrenagem capitalista, passamos a ser seres descartáveis (os pares opostos entre trabalhador e vadio). O capitalismo tem seu cerne de funcionamento excludente, e descarta friamente os que não são parte da composição econômica das cidades.

Conclui-se, portanto, que poucas ou nulas são as ações que tentam entender o modo de inserção e apropriação dos espaços públicos por estes indivíduos como válidas, ou que ao menos tentam entender sua perspectiva sobre sua condição.

Removemos os dejetos da maneira mais radical e efetiva: tornando-os invisíveis, por não olhá-los, e inimagináveis, por não pensarmos neles. Eles só nos preocupam quando as defesas elementares da rotina se rompem, e as precauções falham - quando o isolamento confortável e soporífero de nosso Lebenswelt⁴, que elas deveriam proteger, está em perigo (BAUMAN, 2005, p. 38).

Quando se é considerado excesso, e não parte da sociedade e de seu sistema produtivo capitalista, tais indivíduos passam a apresentar uma relação antitética: sua corporeidade, majoritariamente, é associada a medidas de assepsias, de redução desse contingente que habita o urbano de forma diferenciada, como se os corpos só fossem passíveis de reconhecimento como um obstáculo a ser vencido, e não como um ser provido de desejos, passado, conexões afetivas.

“OS FUNCIONÁRIOS DOS ALBERGUES NÃO TRATAM BEM, NÃO DÁ VONTADE DE IR PRA LÁ.” Sorocaba – SP, em 17 de abril de 2016. Depoimento concedido a autora.

“IR PRA ALBERGUE? PRA PEGAREM MINHAS COISAS? PREFIRO FICAR AQUI.” Sorocaba – SP, em 15 de abril de 2016. Depoimento concedido a autora .

“NO ALBERGUE EU NÃO POSSO BEBER MINHAS PINGUINHAS.” Sorocaba – SP, em 04 de maio de 2016. Depoimento concedido a autora.

“VIVER NA RUA É LIBERDADE. PRA MIM, É LIBERDADE.” Sorocaba – SP, em 12 de junho de 2016. Depoimento concedido a autora.

“É MUITO DIFÍCIL CONSEGUIR UM TRAMPO, AS PESSOAS OLHAM TORTO PRA GENTE.” Sorocaba – SP, em 13 de abril de 2016. Depoimento concedido a autora.

“ONTEM MESMO NÓS FOMOS PRO ABRIGO, MAS ‘SAIMO’, PORQUE É CHATO.” CHIAVERINI, 2007, p. 17.

“AS POLITICAS FEITAS PRA GENTE, NÃO TÃO CERTAS, A GENTE TEM QUE PARTICIPAR MAIS” Sorocaba – SP, em 2 de abril de 2016. Depoimento concedido a autora.

“A GENTE NÃO PODE USAR AS ESTRUTURAS QUANDO QUER, TEM HORÁRIO CERTO” Sorocaba – SP, em 2 de abril de 2016. Depoimento concedido a autora .

“É QUE EU FICO COM VERGONHA DE TER SAÍDO DO JEITO QUE SAI E VOLTAR DO JEITO QUE ESTOU.” CHIAVERINI, 2007, p. 38.

“SABE, EU MORO NA RUA, MAS EU TÔ SEMPRE LIMPINHO, DOU UM JEITO.” Sorocaba – SP, em 12 de junho de 2016. Depoimento concedido a autora.



sobre assepsias humanas/ urbanas/
os diferentes ritmos existenciais/

2

SOBRE SERES URBANOS

34 FIGURA 6: Baixo de viaduto obstruído com pedras para que não seja ocupado, entretanto há rastros de permanência, em Sorocaba – SP. FONTE: Acervo pessoal.

SOBRE SERES URBANOS

2.1 sobre assepsias humanas/ urbanas

Imaginar que esta situação seja permanente, com certeza não agrada nem ao poder público, nem à sociedade para quem seria mais interessante que todos fossem “temporários”, que essa fosse apenas uma situação de passagem. Não é à toa, portanto, que a denominação oficial, utilizada inclusive pelo Censo (encomendado pela Prefeitura de São Paulo) seja “População em Situação de Rua” (QUINTÃO, 2012, p. 31).

Como anteriormente mencionado, as distâncias entre os “outros” e a sociedade dominante foram redefinidas, há uma recusa entre estes de se afastar dos centros urbanos. Nas palavras de Honavian (2013), os estranhos pós-modernos se negam a permanecer em terras distantes e assim, desafiam a segregação espaço- temporal. Tal desdobramento se relaciona as práticas de sobrevivência destes indivíduos, as quais se pautam em áreas com grande fluxo de pessoas e com forte vida comercial, já que

³ “O biopoder do século XIX, tal como descrito por Foucault, atuava em dois níveis, articulando mecanismos disciplinares, capturando os corpos, com mecanismos reguladores de controle da população. [...] Neste contexto, as técnicas disciplinares serviam para inserir os corpos dentro do aparelho produtivo, corrigindo os desvios, inculcando as regularidades necessárias ao bom funcionamento [...]” (KASPER, 2006, p.196).

estes fatores se conectam com a lógica de descarte das cidades, com possibilidade de doações e recebimento de alimentos, assim como pelo fato do entorno dos pontos comerciais no período noturno se transformarem em passíveis de serem ocupados.

Neste contexto, há mecanismos higienistas destinados a população que habita a rua, os quais perpassam por iniciativas que impedem as trocas entre os “outros” e a ordem dominante e se inclinam a sua eliminação, assim como os que tentam retificá-los, conhecidos como biopolítica³. Traduz-se como uma tentativa de afastamento desta população o que tem se chamado de *Arquitetura Hostil*, a qual demonstra claramente por meio de seu design a quem se destinam tais espaços, quem deve ou não os utilizar, pois, esta prática configura espaços inviáveis para a permanência ou ocupação, a exemplo de bancos inclinados, estruturas pontiagudas, gradeamentos, numa tentativa de garantia da ausência de estranhamentos e contatos urbanos indesejados. Ou seja, a presença desta população nos espaços públicos, assim como seus abrigos, objetos e rastros espalhados pela cidade, modificam a paisagem urbana, a medida em que sua presença culmina em iniciativas de caráter hostil, como muros,

gradeamentos, câmeras, entretanto, tal hostilidade é refletida na vivência de todos os cidadãos, os incluídos se aprisionam em sua tentativa de seguridade.

A invisibilidade da população marginalizada é, portanto, parcial/circunstancial. Ao mesmo tempo que são tratados como invisíveis, à medida que a exclusão social não lhes priva somente dos bens materiais, mas pode culminar na retirada de sua qualidade literal de cidadãos, como se o caráter de caridade e assistencialismo a qual estão sujeitos, retirassem deles a possibilidade de apresentar desejos, vaidades, interesses, e principalmente direitos. Inversamente a isto, estão rotineiramente sujeitos a abordagens violentas para sua remoção da rua, sobretudo de locais estratégicos.

Tal caráter de estar sempre sujeito a doações, e muitas vezes estar vinculado a ideia de ser culpado pela situação de precariedade que se encontram, faz com que tais indivíduos sejam classificados como subcidadãos, ou seja, entendidos como aqueles que a medida em que não cumprem seus deveres, não necessitam exercer seus direitos. A sociedade lhes nega

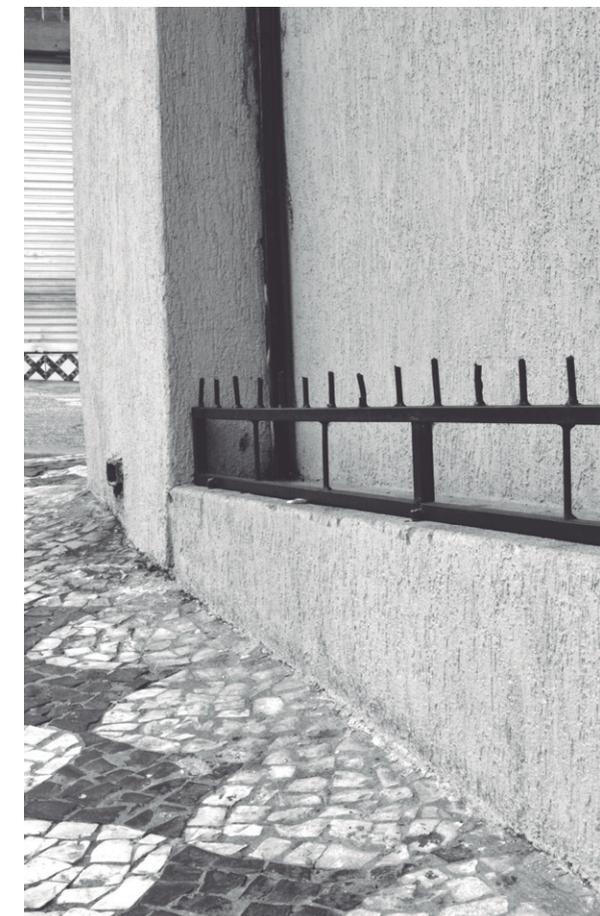


FIGURA 7: Fachada central, com gradeamento pontiagudo, repelindo apropriações indesejáveis, Sorocaba – SP. FONTE: Acervo pessoal.

seus direitos, pois, para tê-los é necessário seguir as normas, de alguma forma, gerar lucro e não o contrário, despesas.

Outro aspecto que se faz presente nessa problemática e tem significativa importância, se traduz na perda de documentos de identificação, o que gera mais uma forma de invisibilidade desta população, além de culminar em não acesso à justiça burocratizada e, portanto, no afastamento da asseguarção de seus direitos. A medida em que tais indivíduos têm seus direitos diminuídos, deixam de apresentar-se como agentes em muitos âmbitos.

Quintão (2012) defende que a liberdade individual ultrapassa a relação constitutiva, o que as pessoas conseguem realizar é resultado não só de oportunidades econômicas, liberdades políticas, e poderes sociais, mas do que define como condições habilitadoras, as quais se pautam na ideia de boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. Nas palavras da autora, tais condições habilitadoras reforçam a condição de agente. Além disso, dá ao indivíduo direito à autonomia em um sentido mais amplo, à medida que o capacita

para buscar o que se deseja, o que se caracteriza como um dos objetivos deste projeto.

Resumidamente a desatenção pela condição de subcidadãos de quem habita a rua é basicamente mais uma forma de controle social, reiterando a formação de um espaço não democrático. Habitar a rua conduz a percepção de novas práticas e redes sociais, há uma formulação de princípios normativos próprios, e um afastamento da realidade oficial. Neste sentido a proposta projetual se estende a ambição de propiciar um espaço propício e que fomente o encontro e organização política de tais indivíduos.

2.2 os diferentes ritmos existenciais

A população excluída apresenta um ritmo existencial substancialmente diferenciado da socialmente aceita no meio urbano. A primeira é bastante marcada pela falta de uma rotina, as intempéries, os eventos diários, e o alto grau de instabilidade de sua condição, reordenam suas ações. A segunda, vive o tempo do relógio, a rotina diária é pré-programada. Há uma questão de automatismo, o qual atualmente se atrela muito a possibilidade de mobilidade dos indivíduos.

Entretanto há diferentes ritmos existenciais entre a própria população que habita a rua, isso nos parece obvio a medida em que estamos concentrados em uma população marcadamente heterogênea. Este é um ponto central no trabalho em questão, pois, a partir do momento em que se iniciam as políticas públicas, há um desdobramento importante: a divisão entre os indivíduos que se transformam de certa forma, em acolhidos ou parcialmente acolhidos, os quais fazem uso dos albergues, e estruturas de apoio e permanência, em contrapartida aos que escolhem não se utilizar de tais infraestruturas e que

permanecem nas ruas. Ambas as opções são vistas neste trabalho, como válidas.

Neste sentido a pesquisa de campo realizada, nos demonstra o viés predominante dessas políticas de auxílio, o de converter o ritmo existencial e as práticas sociais do indivíduo que habita a rua em similares ao da sociedade formal. Ou seja, se configura uma espécie de tábula rasa, os locais de implantação pouco se conectam com a dinamicidade de relações desta população, tão pouco consideram sua mobilidade. São indivíduos que se deslocam a pé, ou seja, a partir do momento em que o ponto de apoio é demasiadamente longe do local de suas práticas e que os horários de entrada e saída são rígidos, há descontinuidades entre o público alvo e a interpretação de seu modo de vida.

Mesmo que soe contraditório, o desafio ao se disponibilizar os direitos constitucionais a tais indivíduos, se volta justamente ao ponto de que sua inserção no espaço urbano e sua conduta social são recriminadas demais para que sejam consideradas, estudadas e se transformem em bases para a formulação das estruturas.

A experiência do morador de rua deve ser estudada e compreendida, cada vez mais, não como se fosse uma solução habitacional ou um modo de vida para o futuro, mas sim, como uma perspectiva de libertação do corpo no espaço, como o casamento fecundo do espaço público com o espaço privado, e como um autêntico e criativo objeto de estudo para a arquitetura contemporânea (EICHEMBERG, 2004).

A estruturação da proposta deste trabalho se pauta em um aspecto básico, a partir da consolidação destes dois grupos – os que utilizam se das estruturas e os que optam por continuar na rua - entendemos que as políticas de enfrentamento devem ser diferenciadas. Para o primeiro deve-se propiciar uma rede de apoio que possibilite, se esta for a vontade do indivíduo, condições para que tal supere a condição de habitar a rua, ou seja, entende-se tal condição como transitória. Já para os que não desejam dela sair, é necessário que se enxergue tal opção como válida, e se proponham estruturas que os atendam, admitindo a escolha destes indivíduos e considerando-os agentes do cenário urbano.



FIGURA 8: Indivíduo em situação de rua carregando em seu carrinho de mão pertences e materiais reciclados em uma avenida de fluxo rápido e intenso, em Sorocaba – SP. FONTE: Acervo pessoal.



análises urbanas/
principais áreas de permanência/
conclusões sobre as análises urbanas/
saturação do modelo/
sobre a população que habita a rua em sorocaba/
referência projetual/

3

A ORDEM EXISTENTE

A ORDEM EXISTENTE

3.1 análises urbanas

Após uma contextualização sobre o público alvo deste trabalho, ou seja, sobre os seres humanos e sobretudo urbanos, adentramos em uma espacialização destes na cidade de Sorocaba- SP, escolhida como área dos estudos em questão.

O posicionamento geográfico de Sorocaba é um dos fatores determinantes para a potencialização de seu desenvolvimento. À sudoeste do Estado, dista cerca de 96 km da capital, tendo seu acesso facilitado a partir de duas importantes rodovias (figura 11). Seu território de 449,804 km², constitui-se em 82,9% de área urbana e 17,1% de área rural. É o quarto município mais populoso do interior de São Paulo e o mais populoso da região sul paulista, com uma população superior a 644 mil habitantes, estimada pelo IBGE em 1º de julho de 2015, com uma densidade demográfica de 1.304,18 habitantes por km² (IBGE, 2013), sendo, portanto, uma capital regional, mesmo que mantenha seus ares de cidade do interior.



Está entre as cinco cidades mais desenvolvidas economicamente no Estado de São Paulo. Sorocaba é considerada cidade com “alto índice de qualidade de vida”, ficando com a 49ª posição no Brasil e a 26ª do Estado, porém tal parâmetro qualitativo não se estende a toda população. Na contramão do crescimento da malha urbana do município dos últimos anos, culminando em processo de conurbação com cidades vizinhas, assim como de sua representatividade como polo industrial e tecnológico do Estado de São Paulo, e seu conseqüente destaque no plano econômico, tem-se espalhada pela cidade uma população a margem de tal desenvolvimento, a qual não se inclui na dinâmica da cidade formal.

Um levantamento realizado pela Comissão de Dependência Química da Câmara de Sorocaba aponta que vivem nas ruas da cidade pelo menos 600 pessoas. O número é o dobro da contagem feita em julho de 2015 pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), [...] (Jornal Cruzeiro do Sul, março de 2016).

FIGURA 10: Esquema de localização da cidade de Sorocaba na malha urbana do estado de São Paulo. FONTE: Elaborado pela autora.

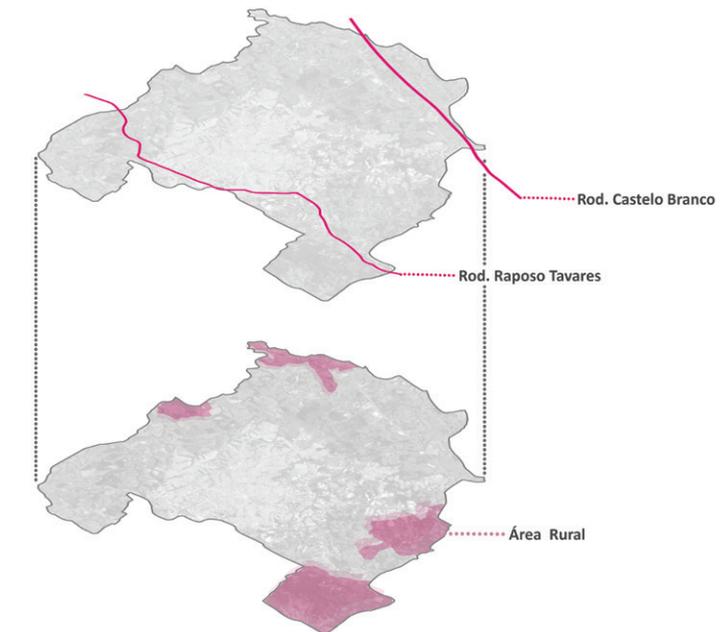
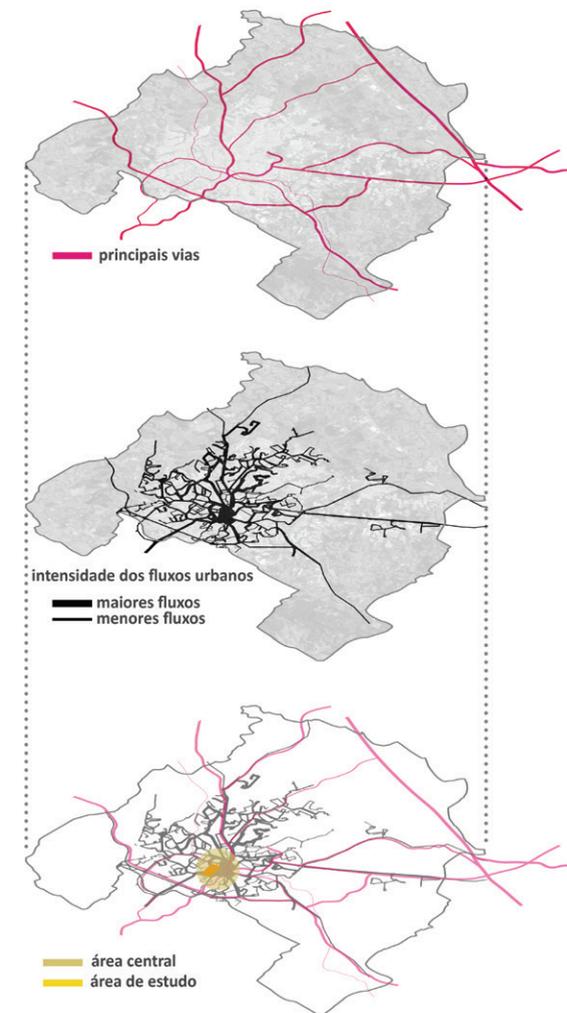


FIGURA 11: Esquemas de estudos urbanos sobre a cidade de Sorocaba- SP. FONTE: Elaborado pela autora.

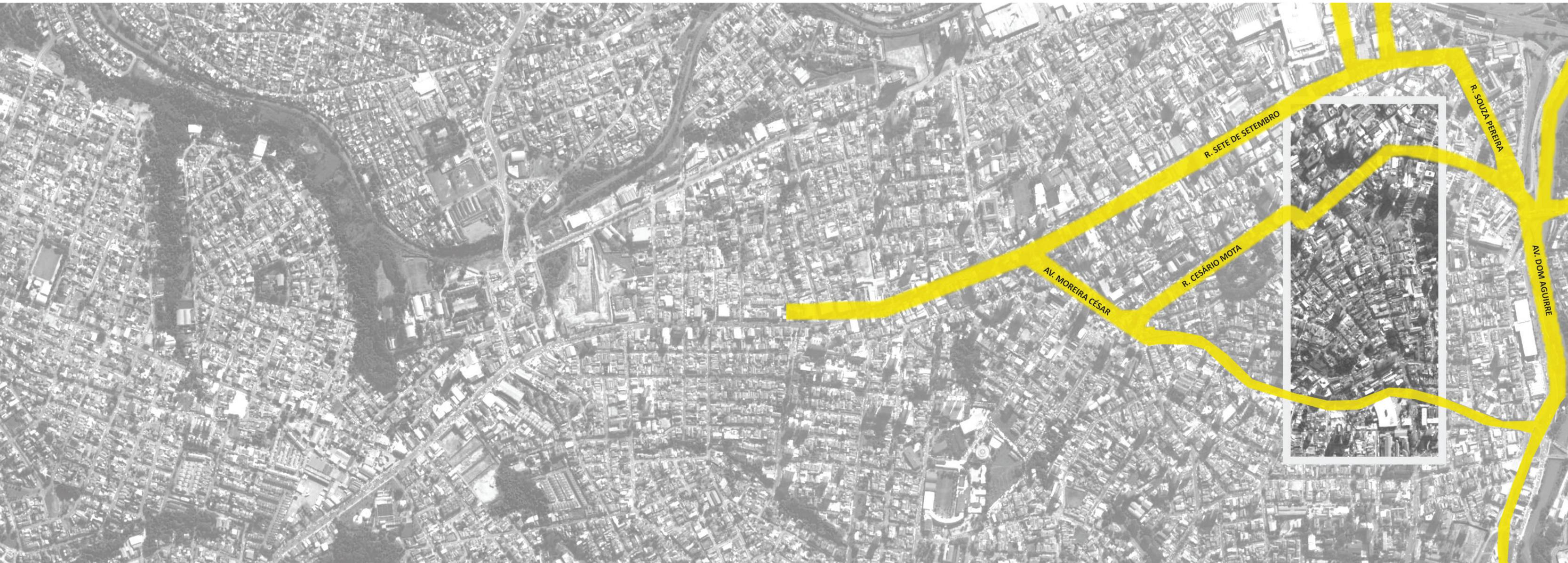


FIGURA 12: Contextualização da área de estudo, apresentando a malha urbana e o importante entrocamento viário do recorte, em Sorocaba - SP. Fonte: Elaborado pela autora sobre imagem Google Earth.



FIGURA 13: Esquema urbano demonstrando pontos importantes da área de estudo. Fonte: Realizado pela autora.

Tratando-se de uma malha urbana extensa, o recorte territorial escolhido para a análise da temática em questão voltou se aos locais de maior expressividade na concentração destes indivíduos, pautadas como explicado no capítulo anterior, em parâmetros de análises que considerassem suas práticas de sobrevivência, além da continua observação destes espaços. Neste contexto a área de estudo se concentra em um segmento central da cidade, que se inicia no Terminal Rodoviário e se estende até a Praça da Catedral Metropolitana de Sorocaba, como indicado na figura 13.

A presença da população que habita a rua em espaços marcados por altos fluxos de pessoas e veículos é grande. No cenário urbano em questão, isto conduz a abordagens frequentes, realizadas no intento de conseguir esmolas e doações. Tal fluxo significativo se atrela ao fato de que muitos dos entroncamentos incluídos neste recorte analisado, se traduzem em nós estratégicos do sistema viário da cidade de Sorocaba (figura 12), somada a característica da área central ser marcadamente comercial (figura 14).

Com relação as análises urbanas, no que tange a LEI Nº 11.022,

Em um total de 473 lotes analisados em uso e ocupação percebe-se a existência de 131 lotes de uso misto (residencial + comercial); 125 lotes com uso restrito ao residencial; 114 lotes com uso voltada a esfera comercial, um total de 67 lotes que desempenham serviços; 27 lotes para estacionamentos comerciais ou institucionais; 1 lote institucional; 6 áreas de praças e apenas 2 lotes vazios por todo o recorte. Podemos concluir o caráter predominantemente comercial do segmento ao notarmos que 51,79 % de seus lotes abrangem tal caráter.



FIGURA 14: Uso e ocupação do solo, Sorocaba, SP. Fonte: Elaborado pela autora, sobre imagem do Google Earth.



FIGURA 15: Zoom área de estudo, Sorocaba, SP. Fonte: Elaborado pela autora, sobre imagem do Google Earth.

ZOOM ÁREA DE ESTUDO

FIGURA 16: Macrozoneamento da cidade de Sorocaba, SP. Fonte: Elaborado pela autora, sobre Anexo Lei nº 11.022.



MACROZONEAMENTO

MACROZONA COM GRANDES RESTRIÇÕES A OCUPAÇÃO TIPO I (CAPTAÇÃO DE ÁGUA EXISTENTE)

MACROZONA COM PEQUENAS RESTRIÇÕES A OCUPAÇÃO TIPO A (URBANIZAÇÃO CONSOLIDADA)

SISTEMA VIÁRIO

de 16 de dezembro de 2014, a qual dispõe sobre a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Físico Territorial do Município de Sorocaba e dá outras providências, temos as seguintes considerações, a partir de recortes pontuais sobre o Capítulo II Exigências Fundamentais de Ordenação do Solo, Seção I.

- Macrozoneamento Ambiental: segundo o Macrozoneamento Ambiental, o qual visa garantir o desenvolvimento sustentável, dentre as três macrozonas instituídas, o recorte analisado, é definido majoritariamente como “Macrozona com Pequenas Restrições à Urbanização - MPRO”⁴, tendo apenas alguns pontos de “Macrozonas com Grandes Restrições à Ocupação - MGRO”⁵, devido a captação de água existente, como demonstrado na figura 16.

Já com relação à ordenação do parcelamento, uso e ocupação do solo, a Área Urbana do Município de Sorocaba é subdividida em zonas de uso (figura 17), no recorte analisado, temos as seguintes zonas:

I - Zona Central ZC;

⁴ São incluídas na categoria “Macrozona com Pequenas Restrições à Ocupação” MPRO as porções do território cujas características físicas se apresentam favoráveis à urbanização.

⁵ São incluídas na categoria áreas “Macrozona com Grandes Restrições à Ocupação” áreas de proteção a mananciais que correspondem a bacias que contribuem para captações de água existentes cujas regras de ocupação devem obedecer à diretrizes específicas.

XIII - Corredor de Comércio e Serviços 3 CCS3;

XV - Corredor de Circulação Rápida CCR.

A Zona Central ZC, compreendida entre centro histórico da cidade e as áreas a ele adjacentes, caracterizam-se pela coexistência de edificações térreas e verticalizadas, comércio e serviços diversificados, assim como indústrias de portes variados, sobressaindo-se equipamentos e edifícios de valor histórico e arquitetônico;

Nos Corredores de Comércio e Serviços Tipo 3 CCS3, que são formados pelos imóveis lindeiros a vias de trânsito rápido ou qualificadas como eixos estruturadores do transporte coletivo, entende-se que a ocupação deve ser feita de modo a minimizar interferências com o fluxo de veículos;

Nos Corredores de Circulação Rápida CCR, que são formados pelos terrenos lindeiros a vias de trânsito rápido, a ocupação deve ser feita de modo a minimizar interferências com o fluxo de veículos, devendo, para tanto, as normas de parcelamento, uso e ocupação do solo privilegiar os empreendimentos em terrenos



ZONAS DE USO

CORREDOR DE COMÉRCIOS E SERVIÇOS 3 - CCS 3

ZONA CENTRAL - ZC

CORREDOR DE CIRCULAÇÃO RÁPIDA - CCR

FIGURA 17: Zoneamento da cidade de Sorocaba, SP. Fonte: Elaborado pela autora, sobre Anexo da Lei nº 11.022.

RL – uso residencial em lotes; RG – uso residencial em glebas; RT – uso residencial com apoio terapêutico; RSI – uso residencial com serviços internos ou privativos; PGTI – instituições/ comércio ou serviços geradores de tráfego intenso veicular; GRN – usos geradores de ruído noturno; GRD – usos geradores de ruído diurno; CSI-1 – estabelecimentos de comércio, serviços, indústrias e instituições não enquadrados nas categorias PGT, GRN ou GRD; CSI-2 – estabelecimentos com usos que não sejam poluentes, perigosos, incômodos ou nocivos à vizinhança; CSI-3 – escritórios de contatos, virtuais e de trabalho pessoal, sem atendimento específico no local; TL – usos de turismo e lazer; UE – usos especiais.

com dimensões suficientes para dispor de estacionamentos internos e acessos projetados de acordo com o desempenho da via.

No que tange as restrições de uso e parâmetros de ocupação das áreas urbanas, temos as seguintes considerações sobre as zonas constituintes do recorte analisado, a partir do Capítulo II - Zoneamento Municipal - Seção II.

Restrições de Uso Por Zona:

Zona Central- ZC: RL, RG, RT, RSI, PGTI, GRN, GRD.

Corredor de Comércio e Serviços 3: RL, RG, RT, RSI, PGTI, GRD, GRN, CSI-1, CCS3, CSI-2, CSI-3, TL, EU.

Corredor de Circulação Rápida – CCR, RL, RG, PGTP, PGTI, GRD, GRN, CSI-1, CSI-2, CSI-3, TL, EU.

A lei também dispõe sobre os parâmetros de ocupação por zona, no recorte analisado temos os seguintes padrões urbanísticos para cada uma das três zonas apresentadas:

Zona Central- ZC
Taxa de ocupação máx.: 0.80
Coeficiente de aproveitamento máx.: 4.0
Percentual mín. de permeabilidade: 5% para terrenos até 200 m²; 10% para os entre 200 m² a 499,9 m² e 20% para os com área superior a 500 m².

Corredor de Comércio e Serviços 3- CCS3
Taxa de ocupação máx.: 0.60
Coeficiente de aproveitamento máx.: 3.0
Percentual mín. de permeabilidade: 10% para terrenos com área igual ou superior a 500 m².

Corredor de Circulação Rápida - CCR
Taxa de ocupação máx.: 0.60
Coeficiente de aproveitamento máx.: 2.0
Percentual mín. de permeabilidade: 10% para terrenos com área igual ou superior a 500 m².

O mapa de áreas públicas, figura 18, fornecido pela Secretária de Habitação e Regularização Fundiária da cidade de Sorocaba, demonstra que no recorte analisado, as áreas públicas se traduzem majoritariamente como áreas verdes, ou seja, não observamos áreas institucionais destacadas com outros usos, o que nos demonstra que a proposta projetual não terá

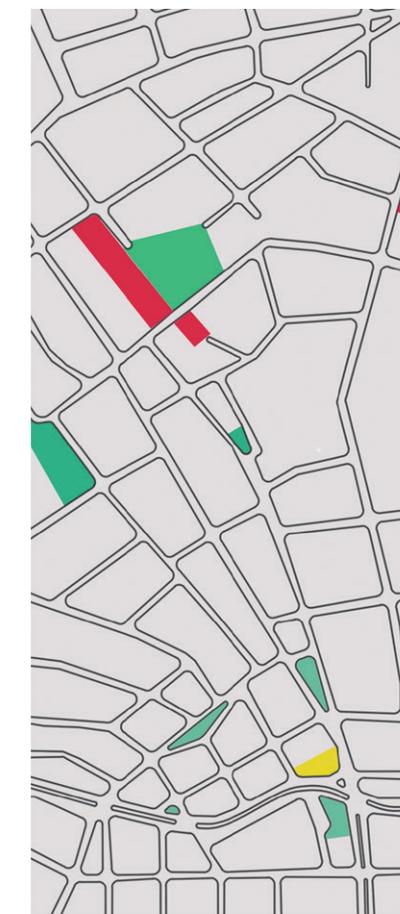


FIGURA 18: Áreas Públicas, Sorocaba, SP. Fonte: Elaborado pela autora, sobre mapa da Secretaria de Habitação e Reg. Fundiária.

possibilidades de ser executada em áreas de domínio público.

3.2 principais áreas de permanência

Como anteriormente desenvolvido, as áreas de permanência da população que habita a rua (figura 19) se pautam basicamente em áreas de fluxos intensos, o que garante trocas e doações, assim como em áreas de concentração comercial, onde o lixo se demonstra muitas vezes uma fonte de recursos. O recorte em questão abrange ambas características.

Iniciando pelo Terminal Rodoviário, temos um espaço de grande movimentação de veículos e pessoas. Por estar inserido em uma zona bastante consolidada e que não apresenta infraestruturas adequadas para as demandas no âmbito viário, culmina-se em uma das formas mais comuns de subemprego por essa população, a atuação como flanelinhas – a qual se estende, frequentemente, por todo o recorte analisado. Outros pontos apresentam significativa atratividade para a população de rua neste local, o fluxo constante de indivíduos, estimado em três mil pessoas/dia, rotatividade que garante doações; além do fato de que existem estruturas como sanitários públicos e salas de espera - entretanto, a população excluída em questão,

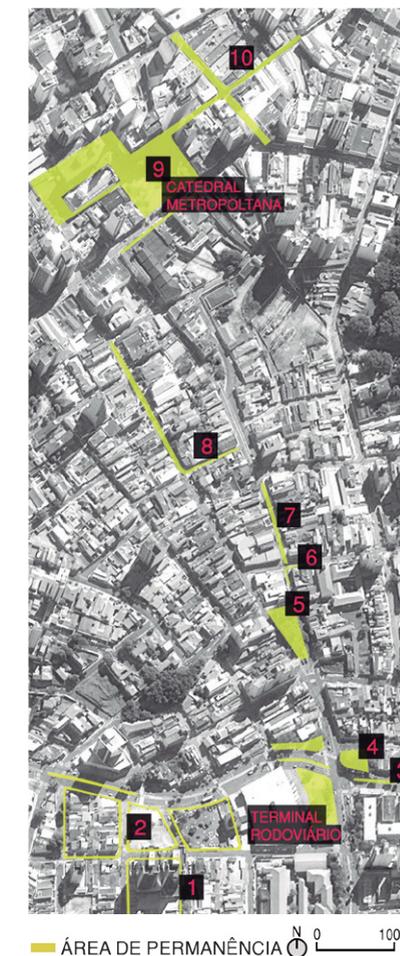


FIGURA 19: Áreas de permanência da população em situação de rua, Sorocaba, SP. Fonte: Elaborado pela autora, sobre imagem do Google Earth.



FIGURA 22: Rastros da ocupação da população em situação de rua em prédio ainda não inaugurado - área 1. Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 21: Rastros de permanência - área1. Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 20: Áreas 1 e 2. Fonte: Elaborado pela autora, sobre imagem do Google Earth.

é frequentemente alvo dos seguranças do Terminal, sendo obrigados a deixarem as dependências deste.

Os pontos de permanência marcados como 1 e 2 (figura 20) se conectam diretamente a lógica exposta do subtrabalho, pois, estando o Terminal Rodoviário localizado em uma área caótica, a atuação como flanelinhas é uma fonte de renda. Além dos já abordados benefícios de se fixarem próximo ao Terminal, tais recortes também são marcados pela presença de pontos de ônibus, o que reitera o grande fluxo de indivíduos e as abordagens frequentes nesta área.



FIGURA 23: Grupo que habita a rua- área 1. Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 24: Pertences da população em situação de rua na calçada - área 1. Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 25: R.I. encontra-se em situação de rua e trabalha como flanelinha - área 2. Fonte: Acervo pessoal.

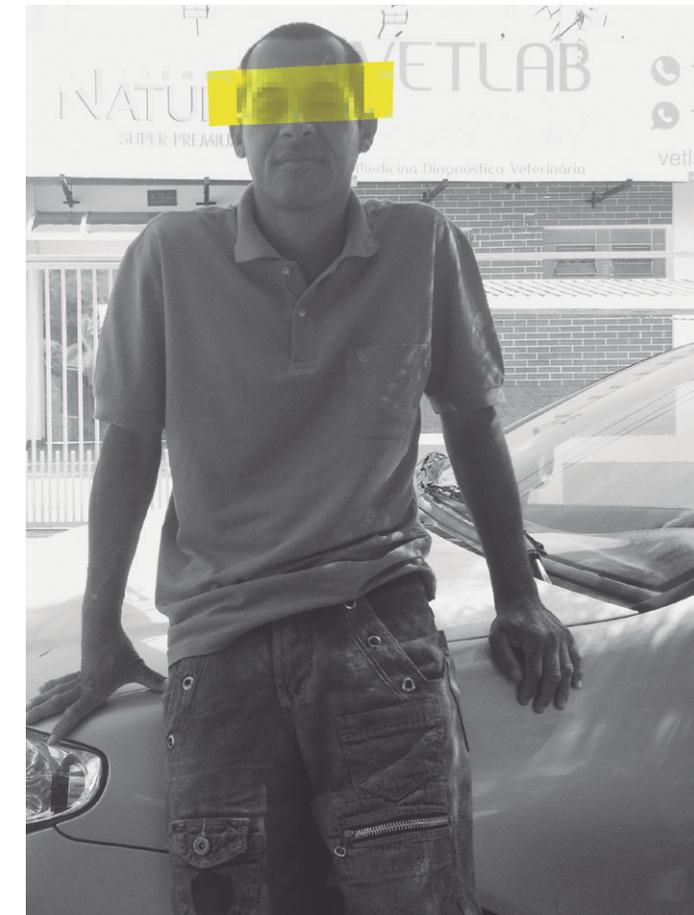


FIGURA 26: I. encontra-se em situação de rua, juntamente com R. e Mussum. Os três revezam-se nas vigílias noturnas e dividem doações - área 2. Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 27: Mussum encontra-se em situação de rua - área 2. Fonte: Acervo pessoal.

O ponto marcado como 3 (figura 28), assim como a continuação desta Avenida, a Moreira Cesar, no recorte apresentado, se caracteriza por frequentes pontos de mendicância e vendas de minúcias em semáforos (Figura 30), pois, é um dos entroncamentos viários importantes e movimentados da cidade.

O ponto de número 4 (figura 29) tem uma concentração expressiva de indivíduos que habitam a rua (figura 29), configura uma espécie de praça, bastante arborizada, mas sem qualquer mobiliário, o que nos parece uma tentativa de que tais indivíduos não permaneçam no local. Há neste recorte uma especificidade, é conhecido pela própria população em questão como “Cracolândia”, pois, como nome sugere, reúne usuários de drogas ilícitas e, frequentemente, em concentrações muito altas. A presença da população em situação de rua faz com que os pedestres evitem passar por esta área, mesmo que tenham que cruzar mais de uma avenida para isso, as quais são bastante movimentadas. O local tem como característica marcante tanto a presença constante dos indivíduos em situação de rua, como a presença de seus objetos e abrigos.



FIGURA 30: Ponto de mendicância no recorte analisado- área 3. FONTE: Acervo pessoal.



FIGURA 29: Área conhecida como “Cracolândia” pelos usuários de drogas ilícitas em situação de rua - área 4. FONTE: Acervo pessoal.



FIGURA 28: Recortes 3 e 4. Fonte: Elaborado pela autora, sobre imagem do Google Earth.



FIGURA 32: Rastros de ocupação da população em situação de rua- área 5. Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 31: Recorte 5. Fonte: Elaborado pela autora, sobre imagem do Google Earth.

O ponto de numeração 5 (figura 31) trata-se de outra praça. Neste recorte há, novamente, grande quantidade de flanelinhas ao redor, os quais majoritariamente se enquadram na população que habita a rua. No segmento analisado, como demonstra-se nas figuras 32 e 33, tanto quanto indivíduos, o que se observou fora também a grande quantidade de rastros de sua permanência, algumas traquitanas, roupas, sapatos, ou seja, no período diurno tal área se caracteriza como um espaço de deixar os pertences e de trabalho - devido ao grande fluxo viário - já no período da noite demonstra-se como área de permanência da população em questão.



FIGURA 33: Homem em situação de rua dormindo em uma praça- área 5. Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 34: Rastros de permanência - área 7. Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 35: Local de permanência de indivíduo em situação de rua, atrás de lixeira – recorte 7. Fonte: Acervo pessoal.

As áreas demarcadas como 6, 7 e 8 (figura 36) seguem a lógica anteriormente demonstrada, se aproximam da Catedral Metropolitana, ou seja, de uma área bastante movimentada graças ao comércio popular, são também marcadas por vias apertadas em um recorte de sistema viário importante. Mais uma vez temos locais propícios para atuação como “flanelinhas”, para além de algumas áreas degradadas e com edificações desocupadas (figura 34), o que possibilita que tais indivíduos utilizem os espaços residuais – além fachada- destas construções para o pernoite (figura 35).



FIGURA 38: Fachada comercial central, com gradeamento pontiagudo, impedir apropriações indesejáveis- área 6. Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 37: Indivíduo em situação de rua utilizando-se da água de uma edificação - área 7. Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 36: Recortes 6, 7 e 8. Fonte: Elaborado pela autora, sobre imagem do Google Earth.



FIGURA 40: Grupo em situação de rua, concentrado nos degraus da Catedral Metropolitana - área 9. Fonte: Acervo pessoal.

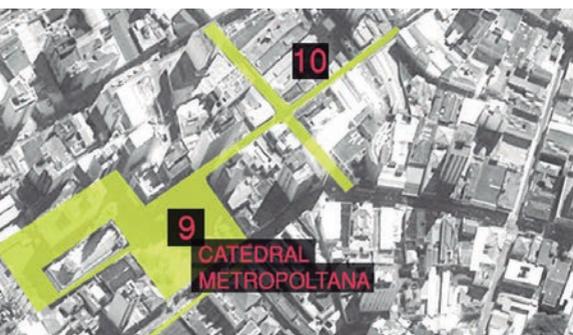


FIGURA 39: Recortes 9 e 10. Fonte: Elaborado pela autora, sobre imagem do Google Earth.

A área de número 9 (figura 39), conhecida como Praça da Catedral Metropolitana, é um dos recortes mais expressivos da população em questão. As lojas de comércio popular ao redor, garantem o movimento durante todo o período diurno, o que possibilita abordagens frequentes neste fragmento analisado, além do fato de existirem comércios no setor de alimentação, o que facilita o recebimento de doações e apresenta um lixo mais vasto do que o residencial. Outro ponto importante se traduz nos mobiliários presentes neste local, os quais são frequentemente apropriados por essa população (figuras 41 e 42), assim como os degraus da Catedral (figura 40). O ponto de número 10 (figura 39) marca o calçadão central, e apresenta as características anteriormente mencionadas.



FIGURA 41: Grupo em situação de rua, concentrado na praça central - área 9. Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 44: Indivíduo em situação de rua dormindo em espaço residual - área 10. Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 42: Indivíduo em situação de rua dormindo na praça central - área 9. Fonte: Acervo pessoal.

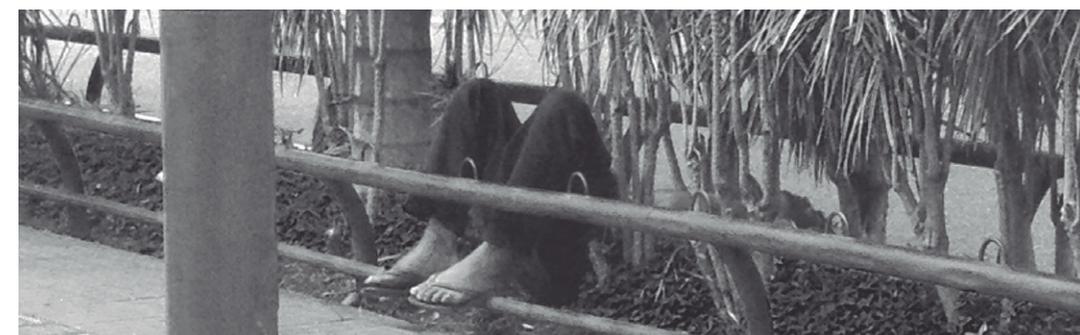


FIGURA 43: Indivíduo em situação de rua no canteiro da área central - área 9. Fonte: Acervo pessoal.

3.3 conclusões sobre as análises urbanas

O mapa de uso e ocupação apresentado (figura 14), deixa claro o caráter comercial do segmento central em análise. Entretanto, seguindo a tendência da criação de novas centralidades urbanas, a partir de investimentos em diferentes áreas, tem-se as camadas mais abastadas se distanciando deste centro histórico, e fazendo com que suas práticas também se afastem deste, ou seja, o centro que era significativo catalizador de investimentos, perde tal caráter e assim tem sua importância minimizada. Há no contexto em questão um centro pautado basicamente no comércio popular, estabelecido a partir de um “estoque de edifícios obsoletos” (BUGANZA, 2010, p. 97). Os autores DEBONI, B.C. et al (2015), afirmam que por ter se configurado como o primeiro polo comercial e de prestação de serviços de Sorocaba, como característico nas cidades do interior, nota-se certa permanência das características históricas (comércio tradicional, ruas estreitas, concentração de construção antigas, etc), assim como, majoritariamente, os comércios e estabelecimentos prestadores de serviços são da comunidade local ou de empresários da região.

Entretanto, como resultado do crescimento urbano e da população, novas empresas começam a investir na cidade e acabam buscando novas áreas para expandir seus negócios, criando uma competição injusta com os pequenos empresários. Investem em outras áreas que são mais recentes, oferecem melhor infraestrutura e o centro da cidade, que antes tinha infraestrutura suficiente para atender uma população bem menor, hoje já cresceu tanto que não tem mais como se desenvolver, seja por falta de infraestrutura, por falta de espaço físico, por falta de incentivo ou de programas públicos, portanto tem a estagnação como seu provável destino. Não se trata, enfaticamente, de uma decadência absoluta, pois ainda é um lugar de muita movimentação, principalmente devido à existência dos únicos dois terminais rodoviários de Sorocaba, além de atender um público que as áreas mais nobres pouco atendem (DEBONI, B. C. et al, 2015, p. 11- 12).



FIGURA 45: Os comércios populares movimentam a área em questão no período diurno, em Sorocaba – SP. Fonte: Acervo pessoal.

A característica desse tipo de centralidade é corriqueira e previsível: espaços com grande vida diurna, significativos fluxos, e após o fechamento dos comércios um grande marasmo e esquecimento, o local propício para que a população que vive na rua possa ocupar durante o tempo de pernoite. O recorte analisado, é uma área extremamente consolidada, sem espaço físico para crescimento, ou seja, configura uma área concentrada. Em todo o recorte foram encontrados apenas dois lotes vazios, o que dificulta a ideia projetual de uma rede de equipamentos.

Como demonstrado anteriormente, a área em questão permaneceu com muitas de suas características históricas, as vias estreitas, somadas ao fluxo proveniente dos nós viários do recorte, assim como o próprio fluxo da área marcadamente comercial, fazem com que a questão viária seja problemática. A grande quantidade de veículos existentes na cidade somada as questões expostas, configura um recorte onde os estacionamentos comerciais são frequentes.

As considerações sobre a mobilidade da população que habita a rua impossibilita qualquer eixo estratégico que se afaste de

sua concentração, ou seja, não haveria como deslocar a rede de apoio para áreas distantes. Neste sentido, a opção escolhida fora a de analisar as áreas dos estacionamentos, entendidos como espaços subutilizados, como explicitado a seguir, para a configuração da rede.



FIGURA 46: Dinâmica urbana do centro de Sorocaba no período da tarde, em Sorocaba – SP. Fonte: Acervo pessoal.

FIGURA 14: Uso e ocupação do solo, Sorocaba, SP. Fonte: Elaborado pela autora, sobre imagem do Google Earth.



No mapa de uso e ocupação (Figura 14), identificamos somente os lotes que desempenhavam exclusivamente a função de estacionamentos e sem edificações, ou seja, foram computados e analisados os estacionamentos que apresentam somente pequenas coberturas para abrigar os veículos e que não se destinam a usos residenciais. Demarcamos tão-só os espaços que cobram por tempo de estacionamento, ou lotes vazios que se destinam a este mesmo fim, sem que qualquer outra atividade seja desenvolvida no local.

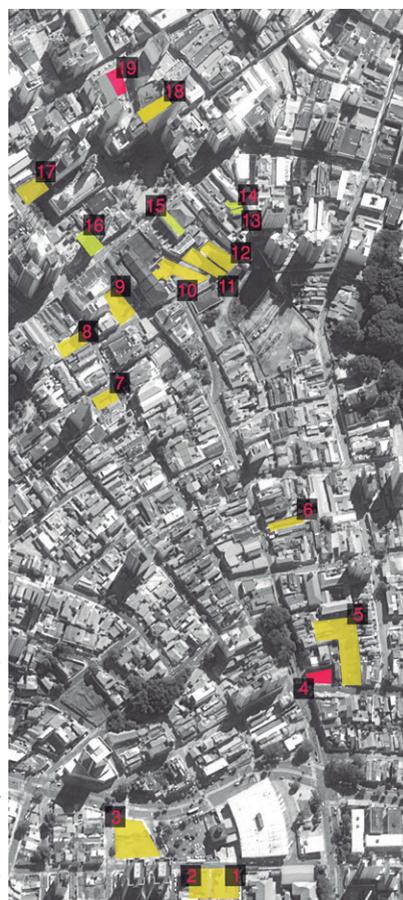
Mesmo que infraestruturas básicas como rede de distribuição de água e energia, pavimentação de vias, sejam de propriedade social, o solo se caracteriza como uma propriedade privada, mesmo que constitucionalmente a utilização da propriedade seja livre, seu uso deve obrigatoriamente atender a função social, o que se traduz em uma questão constitucional. A consideração de estacionamentos como áreas subutilizadas provem de questões que tangem tanto o aproveitamento do solo, ou seja, a não utilização do potencial construtivo em questão, o que faz com que uma área com toda a infraestrutura urbana consolidada não seja plenamente utilizada, assim como pela própria questão da

paisagem urbana. Os estacionamentos provocam a diminuição do trânsito de pedestres, assim como diminuem a atratividade da área, configurando uma menor apropriação - ou nula - entre o pedestre e o urbano. Mais uma vez o indivíduo e suas práticas cidadãs acabam perdendo espaço para os automóveis, e a cidade perde em vitalidade.

Ou seja, a medida em que os espaços destinados aos carros aumentam, estes, sem dúvidas, serão ocupados, pois há frota para isso. Tratando-se o centro de um cerne de comércio popular, uma significativa parte deste público utiliza-se do transporte público para sua mobilidade, e este público perde espaços mais dinâmicos e atrativos para os automóveis.

Neste sentido, foram analisados alguns dos estacionamentos e os dois lotes vazios existentes no recorte da área estudada, como demonstrado no Mapa 10 e nas Figuras de 48 a 66:

FIGURA 47: Estacionamento e lotes vazios no recorte, Sorocaba, SP. Fonte: Elaborado pela autora, sobre imagem do Google Earth.



FIGURAS 48 a 66: Estacionamentos e lotes vazios no recorte analisado. Fonte das imagens: Acervo pessoal.

⁶A partir de um questionário, os agentes da Secretaria de Desenvolvimento Social desenvolvem o primeiro contato com a pessoa em situação de rua, tentando angariar o máximo de informações possíveis, desde da cidade de origem, se possuem residência e família em Sorocaba, idade, se são dependentes de álcool e outras drogas, escolaridade, entre outras, numa busca de compreensão das necessidades apresentadas.

3.4 saturação do modelo

As instituições voltadas ao atendimento da população que habita a rua na cidade de Sorocaba, se traduzem em uma rede, intersetorial de agentes e instituições, entretanto as estruturas destacadas a seguir, não se restringem ou são exclusivas a tais indivíduos, muitas delas direcionam-se principalmente a questões de vulnerabilidade social familiar. Estas estruturas se conectam de diferentes formas. Tanto o primeiro contato, quanto as iniciativas desenvolvidas, podem se dar a partir da procura pelo próprio indivíduo, entendida como “procura espontânea”; por meio de ações da chamada “abordagem social”⁶ realizadas por agentes das instituições vinculadas a prefeitura; por meio de organizações não governamentais (Ong’s) e iniciativas voluntárias/ religiosas; ou ainda, por meio de terceiros, os quais entram em contato com as instituições, configurando um caráter quase de denúncia.

Tal trama de atuação perpassa também pelas instituições com ações de caráter paliativo (as quais apresentam iniciativas de apoio provisórias, e imediatas, de forma mais geral, englobam as

iniciativas que minimizam os problemas de se estar em situação de rua momentaneamente) e interventivas (as quais retiram o indivíduo das ruas, interferindo no modus vivendi desta população, intentam, portanto, a mudança de sua condição, sua reintegração na sociedade formal), assim como os próprios Hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS), os quais acionam as instituições de suporte quando atendem indivíduos que fazem parte da população em situação de rua. As estruturas a seguir se traduzem ou unicamente como iniciativas da prefeitura e do Estado, ou como parecerias entre estes e instituições não governamentais.

Iniciativas do poder público

Centro de Triagem - Unidade da Prefeitura que presta um serviço gratuito de orientação às pessoas que, por algum motivo, estão de passagem pela cidade. Localizado no terminal rodoviário, é o local onde são repassadas ao público informações sobre qual das instituições é adequada para a assistência requerida, assim como possibilita o reenvio à cidade de origem, a partir da concessão de passagens.

Secretaria de Desenvolvimento Social / SEDES – Promove a prevenção, a inclusão social e a assistência às pessoas e famílias que vivem em situação de vulnerabilidade, risco social ou pobreza, garantido o acesso aos bens e serviços essenciais. Tem a missão de coordenar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Município, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social. Suas ações abrangem a prevenção, combate e tratamento ao uso de drogas; a defesa dos direitos da pessoa com deficiência, da mulher, do idoso, da criança, do adolescente e do jovem; a manutenção e apoio aos conselhos municipais; e a promoção das igualdades de etnia e gênero.

Centro de Referência de Assistência Social / CRAS - Coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), o Cras é um equipamento previsto na Política Nacional de Assistência Social. É um instrumento de defesa de direitos da população. Funciona como uma porta de entrada para os benefícios, seja Federal, como o Bolsa Família, Estadual ou Municipal. Ou seja, não apresenta um caráter de especialização para atendimento da população em situação de rua.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social / CREAS - É uma unidade pública responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados. Para isso, envolve um conjunto de profissionais e processos de trabalho que devem ofertar apoio e acompanhamento especializado. O principal objetivo é o resgate da família, e dos direitos violados, potencializando sua capacidade de proteção aos seus membros. Traduz-se novamente em uma estrutura que não é exclusiva à população em situação de rua.

Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua / Centro POP - Serviço especializado no atendimento de pessoas em situação de rua. Abrange as esferas de atendimento psicossocial; atividades de convivência e busca da promoção do resgate ou reconstrução de vínculos familiares; orientações sobre documentação civil; serviço de recepção a imigrantes; higiene pessoal (banho, área de lavagem de roupa e doação de roupas); alimentação; atendimento de emissão de documentos e cópia de documentos, entre outros, entretanto tem um número de vagas limitado para cada uma das demandas oferecidas, assim

como horários de funcionamento bastante restritos.

SOS Casa de Passagem - serviço 24 horas, aberto e disposto a servir às pessoas que se encontram em situação de rua, migrantes, itinerantes ou que se encontram em tratamento médico. Atualmente uma média de 50 pessoas é atendida diariamente.

Iniciativas da sociedade civil/ poder público

Bom Prato – O restaurante tem o apoio da Prefeitura de Sorocaba e integra um programa da Secretaria de Estado e da Agricultura, atuando na cidade por meio de convênio com o Centro Social São Camilo. Atualmente serve 300 cafés da manhã completos a R\$ 0,50 e 1.300 refeições por dia ao custo de R\$ 1. A unidade atende a segmentos da população como desempregados, pessoas de baixa renda e indivíduos em situação de rua. Mas, seu público também inclui trabalhadores da área da saúde e de setores administrativos da região.

ACAP Associação Cristã de Assistência Plena - A ACAP é uma entidade de caráter beneficente, sem fins lucrativos, fundada

como grupo de trabalho voluntário para atenção à população em situação de rua e famílias carentes. Tem-se o programa de ressocialização da entidade com atividades voltadas para a restauração física, social e espiritual dos assistidos, além da estrutura Casa de Convivência “Vida Nova” (CCVN), para receber o ex-morador de rua em processo de ressocialização. A instituição conta também como o Núcleo de Apoio à Recuperação de Dependência Química - Núcleo ADAM. A sede e Casa de Convivência situam-se no centro da cidade, oferecendo gratuitamente alimentação diária, higienização, atendimento social e psicológico, encaminhamentos, etc., a moradores de rua, trabalhadores desempregados ou de baixa renda e famílias carentes. Além disto, a CCVN pode abrigar até 07 ex-moradores de rua em processo de ressocialização.

Casa Transitória André Luiz - Acolhe em regime de internato, o homem carente e portador de patologia, necessitante de acompanhamento médico. A entidade proporciona abrigo 24 horas, alimentação, higienização, transportes para consultas médicas, roupas pessoais e de cama, medicação, amparo religioso e capacitação profissional, além outras instituições

filantrópicas.

Os indivíduos que procuram as Instituições de amparo social, são registrados no chamado “Cadastro Único”, fazendo com que se facilite o vínculo com o usuário, criando um histórico que direciona o acesso desta população a programas complementares, assim como constrói um banco de dados mais eficiente.

Ao passo que as análises anteriores demonstram a existência de estruturas de apoio voltadas a população que habita a rua, e que pari passu a isto, ainda exista um grande contingente de indivíduos nesta situação, há um evidente descompasso. O que podemos concluir é que a insistência em modelos de enfrentamento saturados não alterará o cenário urbano nem as condições sociais desta população.

As entrevistas realizadas com os moradores de rua, assim como a bibliografia utilizada apontam para alguns pontos-chaves da problemática e em muitos casos ineficácia das políticas assistenciais voltadas a este público. Os motivos perpassam



primeiramente por uma inadequação das metodologias utilizadas em que, em uma relação abrupta retira o indivíduo da rua e de seu ambiente autônomo, constituído por regras paralelas e o reposiciona em um local com horários rígidos, normas, obrigações, frequentemente as estruturas de apoio apresentam um caráter de retificá-los, uma reinserção a sociedade formal.

Não basta que existam as políticas e estruturas de apoio, a questão não ganha novos desdobramentos quando tal fazer é entendido como caridade e não direito. Uma das questões apresentadas também tange os prazos de utilização, ou seja, as estruturas muitas vezes possuem um tempo mínimo para que possam ser utilizadas novamente, além do fato de que a população em situação de rua é exponencialmente maior do que as vagas disponíveis. Outra questão significativamente importante é o da obrigatoriedade de não se utilizar de substâncias como álcool e drogas ilícitas nas dependências das instituições, fator complexo para grande parte desta população.

Como anteriormente mencionado, a mobilidade da população

em situação de rua deve ser a base para as propostas, o mapa em questão (figura 67), no qual se demarcam as estruturas/instituições no recorte analisado, entende-se que: o Centro de Triagem desenvolve atividades de informação, portanto não é uma estrutura de apoio diário, a estrutura da Acap tem neste ponto seu núcleo administrativo, assim como a Secretaria de Desenvolvimento Social, traduzindo-se em uma instituição de cunho gerencial. Dessa forma, entendemos que no recorte em questão seria necessária maior concentração de estruturas com ações voltadas ao dia a dia da população em situação de rua.

A posição da população de rua como agente ativo e criativo, inventor de seus espaços, é substituída por arquiteturas tradicionais que nada se compatibilizam com a materialidade ou modus vivendi de seu público alvo, agrupando-os sem haja afinidades, frequentemente, em espaços insuficientes. Seus abrigos engenhosos são substituídos por beliches aglomerados, utilizados pelos mais variados perfis circunscritos no mesmo espaço. Ou seja, os diferentes arranjos sociais existentes como relações grupais, familiares, não apresentam enfrentamentos diferenciados, o que dificulta uma identificação dos usuários

para com os locais de apoio.

A consideração da mobilidade deste grupo, ou seja, de seu deslocamento a pé, deve ser a base para a localização das estruturas. Além do fato de que tais seres são sobretudo urbanos, o que gera a necessidade de seus equipamentos estarem inseridos na malha urbana. Entretanto o projeto a ser proposto não deve criar uma cidade paralela, destinada ao público alvo, muito pelo contrário deve tentar integrá-los, a sua maneira, na dinâmica de uma cidade real e heterogênea.

3.5 dados sobre a população que habita a rua em Sorocaba

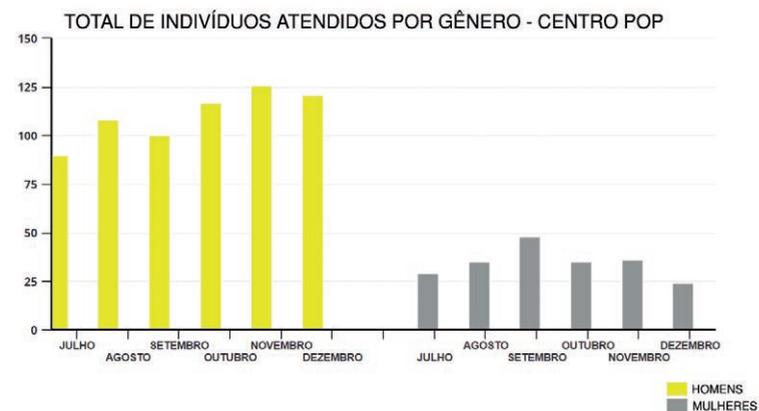
Para a elaboração da proposta projetual fora necessário o contato com a população em questão, entretanto, por se tratar de um público bastante flutuante, os levantamentos de dados da maior amostra possível seriam necessários, para a configuração de uma proposta diversificada e com maiores chances de atender um contingente expressivo de pessoas em situação de rua.

Neste sentido, a Secretaria do Desenvolvimento Social (SEDES) da cidade de Sorocaba, forneceu dados recentes (2015) sobre a população em questão, os quais abrangem desde o gênero e faixa etária dos indivíduos atendidos, assim como as demandas apresentadas. Tal banco de dados é fundamental no intuito de se aprofundar no histórico institucional do público alvo, assim como para repensar as estruturas e estratégias oferecidas.

Entretanto, como já mencionado, ao saber se que nem todos os indivíduos em situação de rua utilizam-se de estruturas de apoio ou mesmo se dispõem a participar das pesquisas realizadas pelos órgãos competentes, as entrevistas realizadas, assim

como a observação do recorte em questão, realizadas durante o percurso de construção deste trabalho final de graduação, complementaram o que nos fora fornecido formamente pelas instituições.

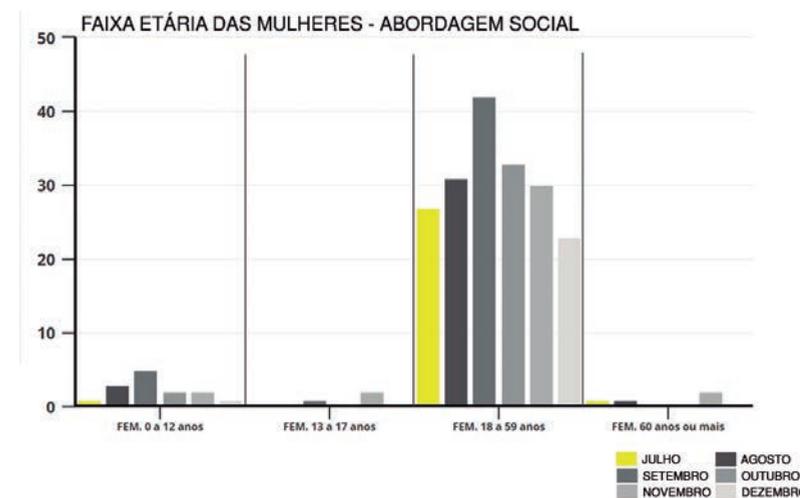
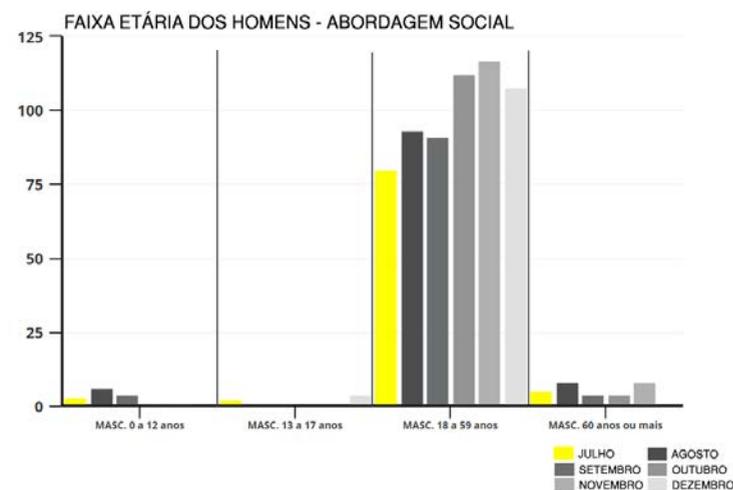
FIGURA 68: Dados sobre a população em situação de rua: indivíduos atendidos por gênero. Fonte: Elaborados pela autora, sobre Relatório SEDES, 2015.



Como demonstrado (figura 68) em média 92% dos atendidos no Centro Pop são homens, tal concentração se confirma as análises realizadas no recorte em questão, onde os indivíduos em situação de rua são majoritariamente do gênero masculino.

O público atingido pelas abordagens sociais se traduz majoritariamente em indivíduos de 18 a 59 anos, independentemente do gênero, como demonstrado (figuras 69

e 70) tal recorte etário predominante demonstra que a chegada a maioria se relaciona com a situação de rua, assim como pode-se perceber no outro extremo, que os indivíduos com mais de sessenta anos também apresentam pouca expressividade nos gráficos, o que nos remete a baixa expectativa de vida da população em questão.



Dados do relatório demonstram que assim como o público atendido pelo Centro POP e pelo Centro de Triagem, a maioria dos atendidos pela abordagem social não é de Sorocaba, o público é composto majoritariamente por migrantes, conforme

FIGURAS 69 e 70: Dados sobre a população em situação de rua: faixa etária. Fonte: Elaborados pela autora, sobre Relatório SEDES, 2015.

demonstrado na figura 71.

O principal encaminhamento realizado pelo centro de triagem refere-se a vaga no SOS para pernoite, considerando o grande número de usuários advindos de outros municípios, ademais de abrigar população em situação de rua da cidade de Sorocaba principalmente em dias de vulnerabilidade. Além do pernoite, muitos usuários solicitam passagens para retornar ao seu município de origem, sendo o repasse de passagens a segunda demanda identificada no período, seguida pelo encaminhamento para Centro Pop, como demonstrado na imagem 72.

FIGURA 71: Dados sobre a população em situação de rua: procedência dos indivíduos. Fonte: Elaborados pela autora, sobre Relatório SEDES, 2015.

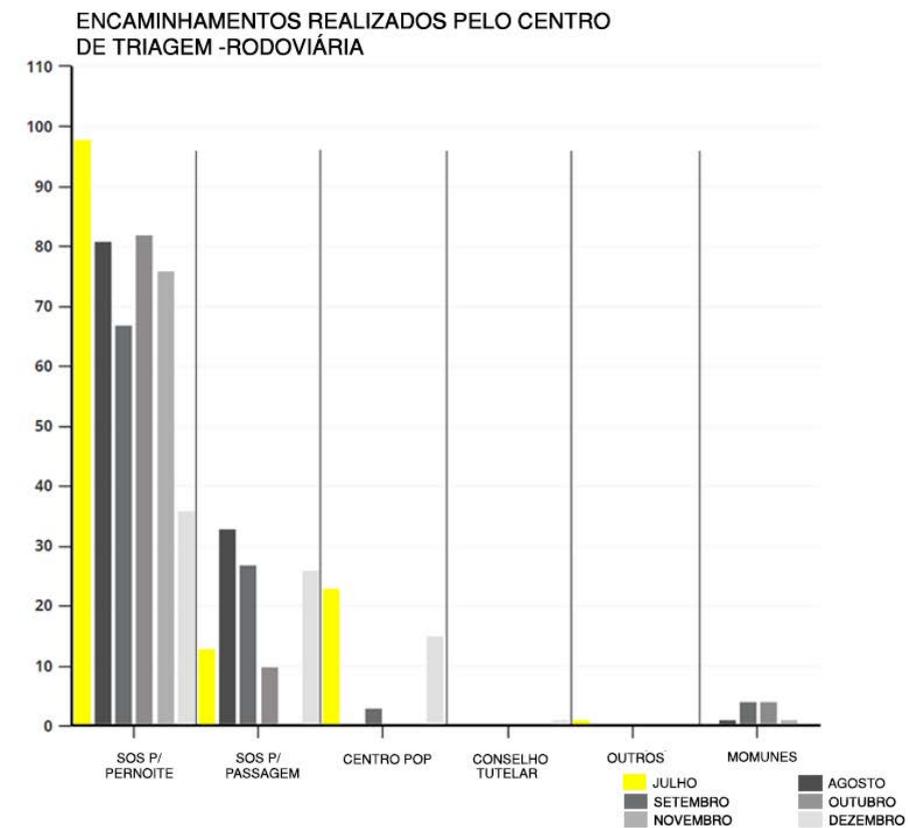
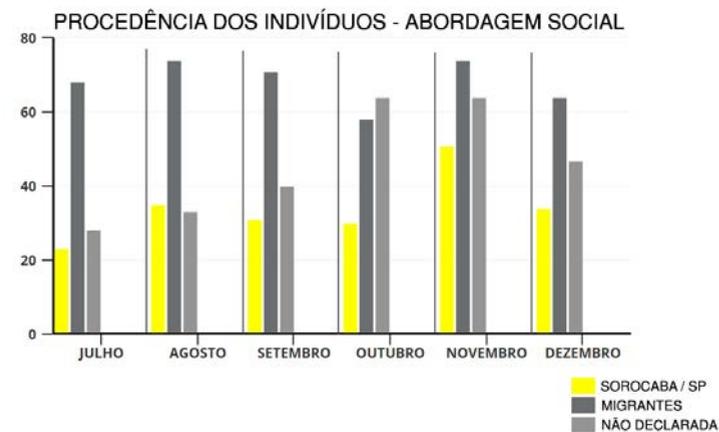
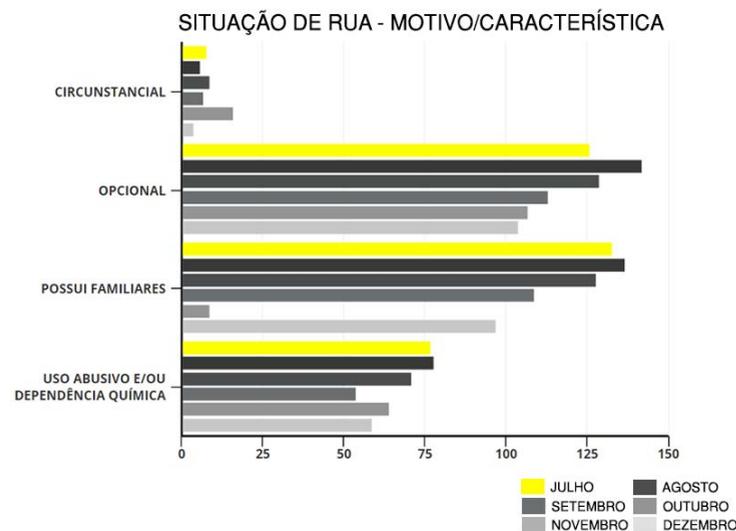


FIGURA 72: Dados sobre a população em situação de rua: encaminhamentos realizados pelo centro de triagem. Fonte: Elaborados pela autora, sobre Relatório SEDES, 2015.

FIGURA 73: Dados sobre a população em situação de rua: situação de rua- motivo e característica. Fonte: Elaborados pela autora, sobre Relatório SEDES, 2015.



Quanto ao motivo que levaram as pessoas abordadas a estarem em situação de rua, no período, a maioria alegou motivação opcional e relatou possuir familiares. Destaca-se o uso abusivo e/ou dependência química, como demonstrado na figura.

O uso abusivo de drogas e a dependência química é uma realidade no perfil dos usuários dos serviços do Centro Pop, figura 74. Destaque também para usuários com doença ou

transtorno mental, no mesmo período. Parte dos indivíduos atendidos pelo Centro Pop estão incluídos no cadastro único, o que facilita o acompanhamento de suas últimas demandas .

A principal vulnerabilidade identificada pelos usuários do Centro Pop fora traduzida como o trabalho precarizado. Seguida por uso abusivo de drogas ou dependência química e conflito familiar, como demonstrado na figura 75. Durante as entrevistas realizadas tivemos relatos pessoais das três vulnerabilidades apontadas como mais frequentes.

FIGURA 74: Dados sobre a população em situação de rua: perfil dos atendidos. Fonte: Elaborados pela autora, sobre Relatório SEDES, 2015.

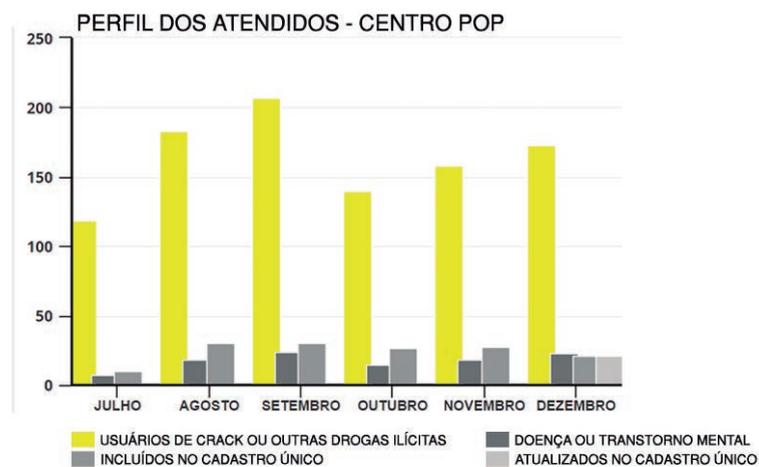
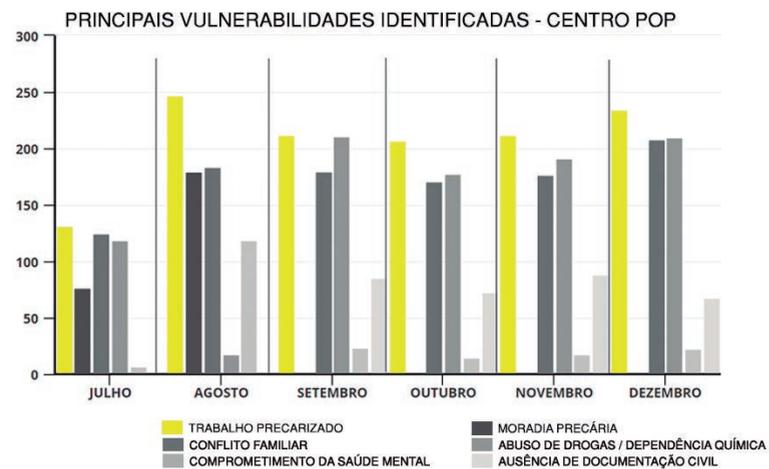


FIGURA 75: Dados sobre a população em situação de rua: principais vulnerabilidades identificadas. Fonte: Elaborados pela autora, sobre Relatório SEDES, 2015.



Os encaminhamentos para o Bom Prato e SOS apresentam-se como os mais numerosos no período analisado, de julho a dezembro, como aponta a figura 76. As demandas mais apresentadas foram, portanto, alimentação (Bom Prato), seguida pela necessidade de higiene (SOS), há também significativa demanda por orientação social assim como por vales transportes. Tais dados reforçam o eixo programático da rede de equipamentos que será proposta.

Ainda segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social de

Sorocaba (SEDES) não há como precisar o número de pessoas em situação de rua na cidade, entretanto, afirma-se que a média mensal de atendimentos ofertados é de 300 à 350 pessoas, o que nos faz concluir que, ao se considerar a grande quantidade de indivíduos que não faz uso das estruturas de apoio, temos uma contingente numeroso de indivíduos em situação de rua.

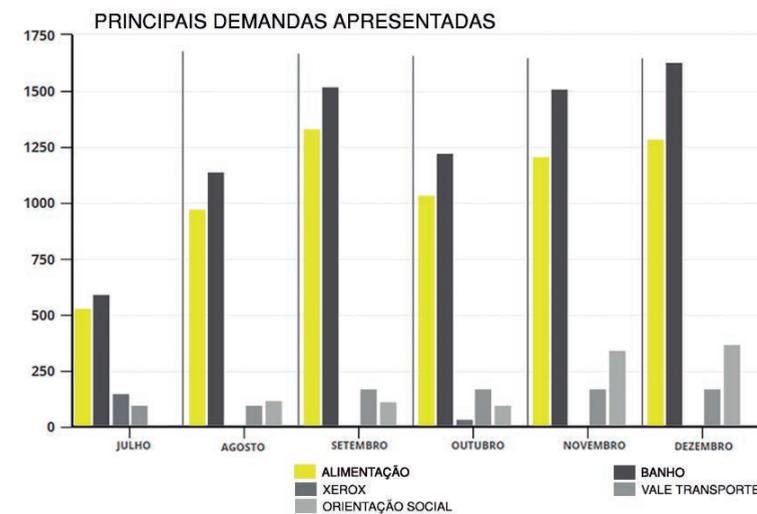


FIGURA 76: Dados sobre a população em situação de rua: principais demandas apresentadas. Fonte: Elaborados pela autora, sobre Relatório SEDES, 2015.

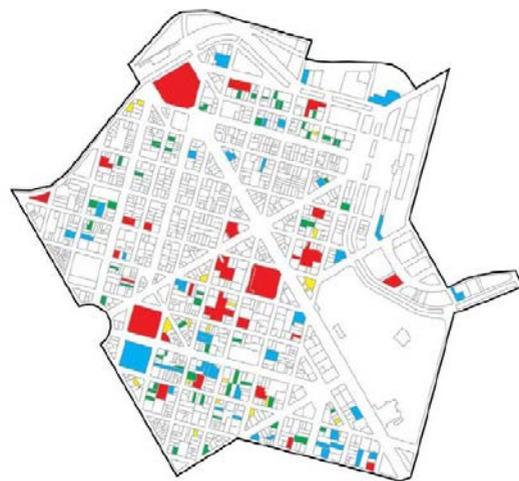
3.6 referência projetual

As referências analisadas para o desenvolvimento deste trabalho, majoritariamente se diferem significativamente do pretendido, pelo fato de serem estruturas demasiadamente rígidas. Como anteriormente apresentado, tem-se como objetivo uma estrutura mais fluida, que se infiltre pela cidade a partir da necessidade e desejo da população em situação de rua, neste sentido, o projeto em questão presente no livro Espaços Colaterais (2008), foi um dos mais compatíveis com nossas intenções. Na construção de seu processo, tem-se o entendimento dos novos usuários das ruas no período noturno, nas grandes cidades: trabalhadores de outros municípios, desempregados procurando emprego, indivíduos que moram distante dos centros urbanos e que, muitas vezes, não tem condições de pagar o transporte coletivo. Conclui-se dessa forma, que muitos destes indivíduos acabam dormindo nas ruas.

Há uma contextualização sobre o centro de Belo Horizonte, local da proposta, onde assim como no recorte analisado, tem-se uma dinâmica urbana marcadamente diurna, e a consequente

subutilização da área no período noturno. A proposta se pauta na utilização da grande quantidade de lotes destinados a estacionamentos que não funcionam por todo o dia, e intenta transformá-los em áreas de uso misto, a partir de módulos de pernoite, os quais se constituem como estruturas retráteis, que variam de 30 centímetros a 2,3 metros de profundidade, ocupando durante a noite 5,2m². Ou seja, a proposta não anula o uso dos lotes em questão.

Pensado para ser de fácil execução e a um baixo custo, em seu interior existem duas camas, uma mesa, prateleiras e iluminação, todas dobráveis. A estrutura retrátil permite, quando totalmente fechada, que o estacionamento funcione normalmente durante o dia, e à noite pode ser facilmente aberto para acomodar seus “hóspedes” (CAMPOS, A, et al, 2008, p. 215).



Hipercentro de Belo Horizonte: *Hypercentre of Belo Horizonte:*
 Espaços constantemente utilizados como abrigos noturnos. *Spaces constantly used as nocturnal shelters.*

Número de vagas nos estacionamentos		Places in the parking lots	
100 vagas ou mais	(28)	100 or more	(28)
50 a 99 vagas	(39)	50 to 99	(39)
25 a 49 vagas	(54)	25 to 49	(54)
10 a 24 vagas	(20)	10 to 24	(20)

Horário de funcionamento dos estacionamentos		Time-table of functioning of the parking lots	
24 horas	(48)	24 hours	(48)
Até final da noite	(22)	Up to the end of the night	(22)
Comercial	(71)	Commercial	(71)

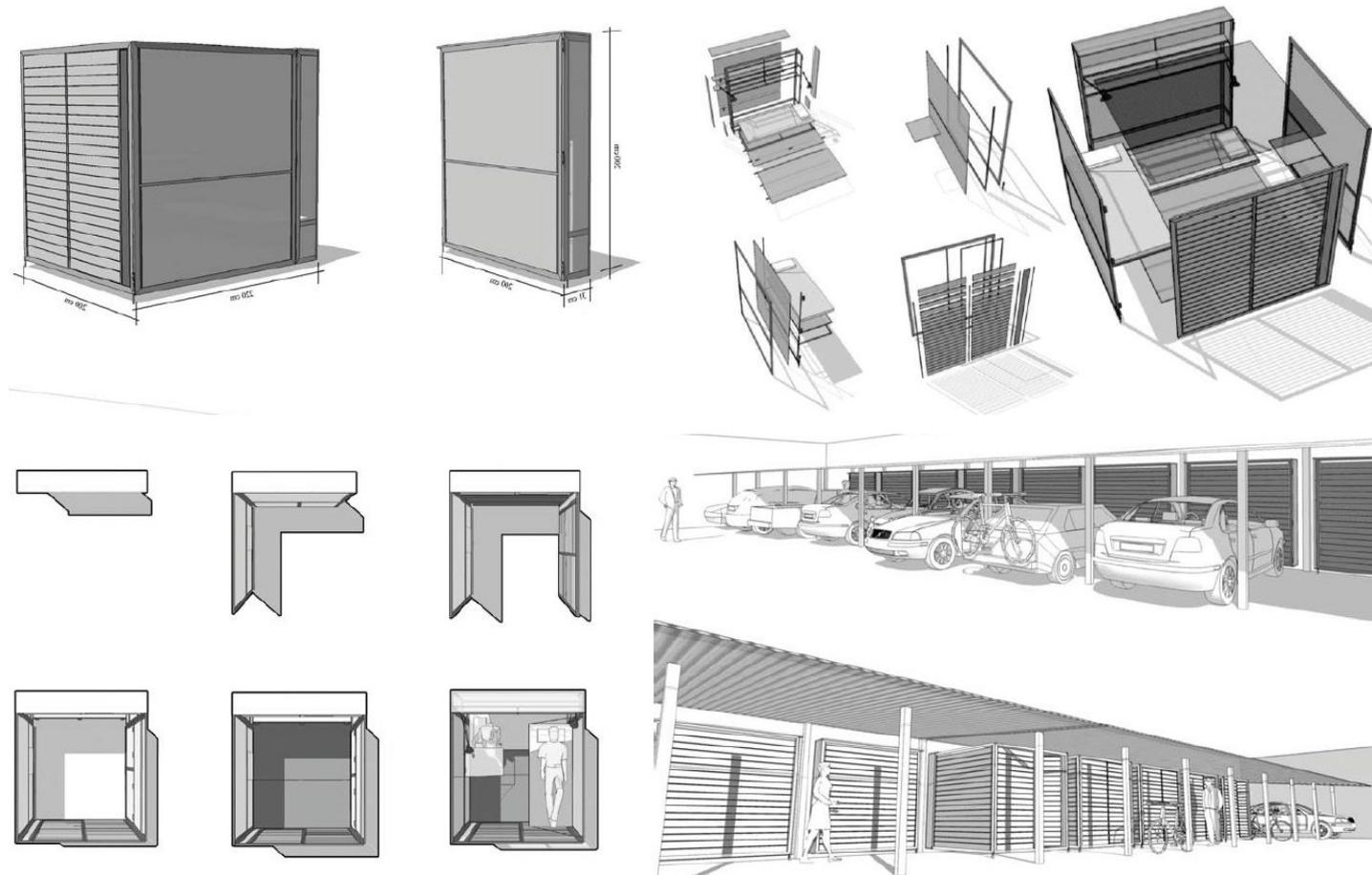


FIGURA 77: Referência projetual. Fonte: Espaços Colaterais, 2008, p 220.

FIGURA 78: Referência projetual. Fonte: Espaços Colaterais, 2008, p 222.



contaminações espaciais/
espaço em construção/

4

UMA DIFERENTE ORDEM

UMA DIFERENTE ORDEM

4.1 contaminações espaciais

Durante a execução deste trabalho, foi possível compreender que não são somente questões concretas as quais levam os indivíduos a viverem na rua, há muitos desdobramentos possíveis. Ou seja, não faltam apenas as estruturas voltadas a esta população, nem tão somente vagas, o que enxergamos ao decorrer da análise é que a defasagem está também em se insistir em modelos de enfrentamentos saturados e desconexos a vivência de seus utilizadores, e mais que isto, em se acreditar que ao serem disponibilizados tais estruturas, haverá conseqüentemente a saída da rua por parte destes. Há de se assumir não só os indivíduos que procuram ou são convencidos a superar a vivência da rua, deve-se mais que isto, entender que mesmo que os serviços ofertados sejam de qualidade, e se impregnem ao máximo do modo de vida de seus usuários, existirá um percentual que ainda preferirá habitar o espaço público, mesmo que uma parcela destes aceite utilizar-se de estruturas momentaneamente, em períodos de vulnerabilidade, ou seja,

temos que abranger na rede os indivíduos que continuarão habitando os espaços públicos.

Como anteriormente dito, os diferentes perfis dessa população devem ser entendidos de alguma forma, o que muitas vezes se traduzirá em opções menos rígidas de enfrentamento, e até mesmo um pouco utópicas. Neste sentido são pensadas para compor a rede de equipamentos estruturas que se adaptem aos públicos mencionados, que levem em consideração o modo de vida destes indivíduos. A rede busca se “contaminar” tanto dos traços materiais observados, quanto da dinâmica urbana presente na vida desta população, desta forma, englobará programas diversos, os quais a partir da mobilidade assim como da concentração do público alvo, poderão estar em alguns pontos condensadas, em outros abrangendo apenas algumas das demandas observadas.

Como demonstrado, o recorte territorial em questão traduz-se em uma área extremamente consolidada, fazendo com que os únicos dois lotes vazios sejam insuficientes para a abrangência de todo o programa, desta forma, alguns dos estacionamentos

anteriormente analisados serão englobados nas áreas de projeto, fazendo com que as áreas formem uma rede de equipamentos. A ideia é que tal população marcadamente itinerante não seja isolada do restante da cidade, que não se crie uma cidade artificial, mas que as estruturas propostas se mesquem com a malha urbana real, e que assim seus usuários não neguem sua itinerância.

O programa se divide em estruturas que suprem as demandas apresentadas nos gráficos analisados, assim como nas entrevistas, parcialmente ou totalmente. Será proposta uma estrutura com um programa mais abrangente, além de pontos de necessidades básicas. Entretanto, adotaremos com finalidade de detalhamento a proposta projetual com programa mais abrangente, no intento de que a partir de sua decomposição possam ser formuladas os pontos de necessidades básicas, ou seja, pode-se a partir da estrutura modular apresentada formular menores pontos da rede por subtração de funções. Os eixos programáticos partem das seguintes demandas:

Higiene: lavanderia, sanitários;

Alimentação: cozinha comunitária, refeitório, horta;

Pernoite: armazenamento carrinhos de reciclagem, canil, módulos para pernoite;

Social: acompanhamento psicossocial, retirada de documentos, atividades de lazer, oficinas;

Mesmo que se procure desenvolver uma rede mais flexível, determinadas questões de gestão dos espaços são importantes. Em algumas das entrevistas realizadas fora lembrada pela população em situação de rua a necessidade de sentir-se parte da estrutura da qual estão fazendo uso, ao contrário da realidade vivida, em que em certos horários são obrigados a deixarem os locais de apoio, como se a validade da assistência expirasse.

Desta forma, pensamos que os locais propostos deveriam funcionar por todo tempo, que a entrada e saída de seus utilizadores seria uma questão de suas próprias necessidades e também de sua participação, buscando a construção de uma política de redução de danos. Entretanto, intenta-se que as pessoas possam, se este for o desejo, superar a situação de rua, e aparentemente se as atividades e demandas fossem apenas supridas sem que o indivíduo interagisse com a estrutura, temos

a impressão que este processo seria mais dificultoso. Assim propomos que a utilização da rede se pautar na colaboração de seus usuários, da seguinte forma, ao fazer uso de qualquer uma das ações ofertadas, o utilizador deveria deixar o espaço como fora encontrado, fazendo, portanto, a arrumação e possível limpeza do que sua atividade necessitou. Ao concluir a tarefa lhe seria concedido um “passe”, para reutilização dos espaços. Sabemos que a manutenção destes locais geraria ainda mais custos, portanto, tal colaboração seria, simultaneamente, uma forma de redução de gastos, além do que, a medida em que os indivíduos ganham autonomia a participação poderia, ao nosso ver, ser percebida não como punição ou como regra de conduta, mas como o entendimento de que ao fazer parte de processos temos maiores possibilidades de cuidar dos locais e de interagirmos muito mais com os mesmos, criando também relações afetivas com os espaços propostos.

Como será mais detalhadamente explicitado, a ideia de contaminação espacial desta rede se pauta no entendimento de uma Arquitetura colaborativa, de uma espécie de local em construção, ou seja, um espaço que fomenta a apropriação e a

modificação de suas estruturas, o qual não seja estático e que esteja em constante redesenho. Tais estruturas tem o processo de impregnação das características da população de rua definido como “contaminação” no sentido de que se este público é enxergado como vetor de negativo, temos que subverter esta ideia para os analisarmos livres de preconceitos, temos que nos contaminar do que a sociedade repele.

4.2 espaço em construção

A rede proposta intenta, portanto, que não se tenha um aspecto de estruturas terminadas, mas de algo que está em constante transformação, como um organismo, algo que vai se contaminando pela presença de seus usuários. Como já discutido, os espaços destinados a população em situação de rua, no contexto em questão, se traduzem majoritariamente em locais caracterizados por arquiteturas bastante tradicionais, além de áreas improvisadas para os usos aos quais se destinam. Acreditando que os espaços têm potencialidade para a atração de pessoas, conclui-se que a medida em que estes conseguem absorver traços da cultura material e emotiva de seu público, há uma maior possibilidade de aceitação e envolvimento dos usuários.

A escolha das áreas foi pautada nas análises dos mapas anteriormente apresentados, tal como na vivência dos espaços, buscando uma congruência entre a dimensão dos lotes/ estacionamentos, o contexto urbano de cada segmento, assim como com as apropriações e usos desenvolvidos pela população

em situação de rua em cada um dos pontos.

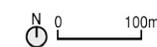
A proposta de implantação das estruturas fora pautada, primeiramente, a partir dos pontos identificados no mapa como sendo os de maior permanência do público alvo, posteriormente foram analisadas as dimensões das áreas disponíveis. Sabendo-se que a característica de rede faz com que os espaços concentrem menos funções, as dimensões necessárias também são menores, desta forma, somente a estrutura com um programa mais abrangente necessitará uma maior área.

Como anteriormente mencionado na intensão programática das estruturas, será alvo de detalhamento a maior delas, abrangendo a maior quantidade de funções, pois tratando-se de uma estrutura modular, a configuração das demais possibilidades pode se dar por meio de subtração das funções necessárias.



FIGURA 80: Somatória das imagens utilizadas para a definição dos pontos da rede a ser proposta. Fonte: Realizado pela autora sobre imagem do Google Earth.

LOTE VAZIO
ESTACIONAMENTO





Como demonstrado, existem eixos de atuação que conformam um programa para as estruturas, desta forma, a partir de entrevistas e leituras sobre o tema, assim como leituras urbanas sobre a área, serão propostas os seguintes arranjos entre as demandas percebidas:

polo para demandas diárias

As estruturas denominadas como polo para demandas diárias I e II (figura 81) tiveram como base para sua localização, como demonstrado em mapa, as duas maiores confluências de concentrações da população em situação de rua tanto no que tange a permanência no período diurno, quanto no período noturno, um dos polos se concentra nas proximidades do terminal rodoviário, e o outro nas adjacências da praça central, os quais são os principais elementos de aglomeração do público alvo.

A ideia destas estruturas é atuar como respaldo a população em situação de rua que não deseja fazer o processo de saída da rua, ou seja, como já discutido anteriormente, essa se traduziria em uma das formas diferenciadas de enfrentamento da questão da situação de rua, admitindo que nem todos desejam sair

dela, mas garantindo que se possa, de alguma forma, melhorar as condições de vida desse segmento, o qual ao frequentar o polo de demandas diárias poderia gradativamente se inserir nas demais estruturas e atividades propostas de forma mais espontânea. Nestes espaços a proposta é a concentração de infraestruturas para necessidades básicas da população em situação de rua, a ideia como demonstrado no programa, é que se possa atender tanto os indivíduos que não desejam sair das ruas, quanto os que estão em processo de saída destas, entretanto querem se deslocar entre as estruturas da rede, mantendo a inerência como uma característica latente. Como anteriormente mencionado tais pontos terão um caráter de participação de seus utilizadores fazendo com que haja uma permuta entre participação e utilização dos locais.

programa polos para demanda diárias – áreas 1 e 10 (figura 81)

alimentação -cozinha comunitária -refeitório	permanência -canil -guarda volumes
higiene -sanitários -lavandeira	espaço multiuso -lazer / cultura

polo para oficinas

A estrutura teve como base para sua localização (figura 81), em um dos lotes vazios do recorte central, seu posicionamento na área de maior concentração do comércio popular, compatibilizando-se com a ideia de possível venda dos produtos gerados a partir dos recicláveis coletados pelos usuários desta estrutura, e de seus fazeres. Assim relaciona-se a grande quantidade de recicláveis como papelão descartados neste recorte, devido a grande quantidade de mercadoria recebida pelas lojas do entorno.

Espera-se que tais espaços funcionem como oficinas de produção dos apetrechos e bricolagens necessárias para o cotidiano da população em questão, assim como seja flexível o suficiente para receber pequenos cursos de capacitação técnica. Neste espaço a proposta é a concentração de infraestruturas para capacitação e desenvolvimento de atividades que simultaneamente possibilitem maior convivência entre os usuários, assim como proporcionem uma possibilidade de custear parte do funcionamento da rede, de fomentar a reinserção dos indivíduos no mercado de trabalho, ou mesmo,

de gerar certa renda para os que desejam continuar habitando o espaço público.

programa polo para oficinas – área 19 (figura 81)

alimentação	permanência
-pequeno local para lanchar	-canil
higiene	-guarda volumes
-sanitários	-armazenamento carrinhos de reciclagem
-lavandeira	
oficinas	
-espaço para armazenagem de equipamentos	
-salas multiuso/ lazer	

polo principal

A estrutura denominada como polo principal teve sua localização (figura 81) definida a partir de critérios anteriormente demonstrados, entretanto, para além de posicionar-se perto de áreas como a Cracolândia e das praças do entorno próximo ao terminal rodoviário, traduzidas em pontos de pernoite frequentes por essa população, a decisão pelo lote também levou em conta sua dimensão, sendo dentre as áreas mapeadas

para a rede, uma das maiores, o que contraria seu uso atual de estacionamento da prefeitura, com a utilização de uma parcela mínima de sua área.

Neste espaço a proposta é a concentração de infraestruturas para a população em situação de rua, de forma que tal estrutura abranja as demandas necessárias dos indivíduos que desejam fazer o processo de saída das ruas, ou seja, como anteriormente mencionado seu programa mais completo, possibilitaria tanto a fixação de um contingente que deseja permanecer nessa estrutura em seu processo de transição da saída das ruas, assim como poderia acolher por pequenos períodos os indivíduos que não desejam sair das ruas, mas que momentaneamente precisam ou desejam utilizar-se das demandas disponíveis. Intenta-se em toda a rede a permuta entre utilização e manutenção.

programa polo principal – área 5 (figura 81)

alimentação

- cozinha comunitária
- refeitório
- horta comunitária

permanência

- canil
- guarda volumes
- armazenamento carrinhos
reciclagem

higiene

- sanitários
- lavadeira

assistência social

- lazer
- atendimento psicossocial
- documentação

pernoite

- módulos e abrigos como
dormitórios

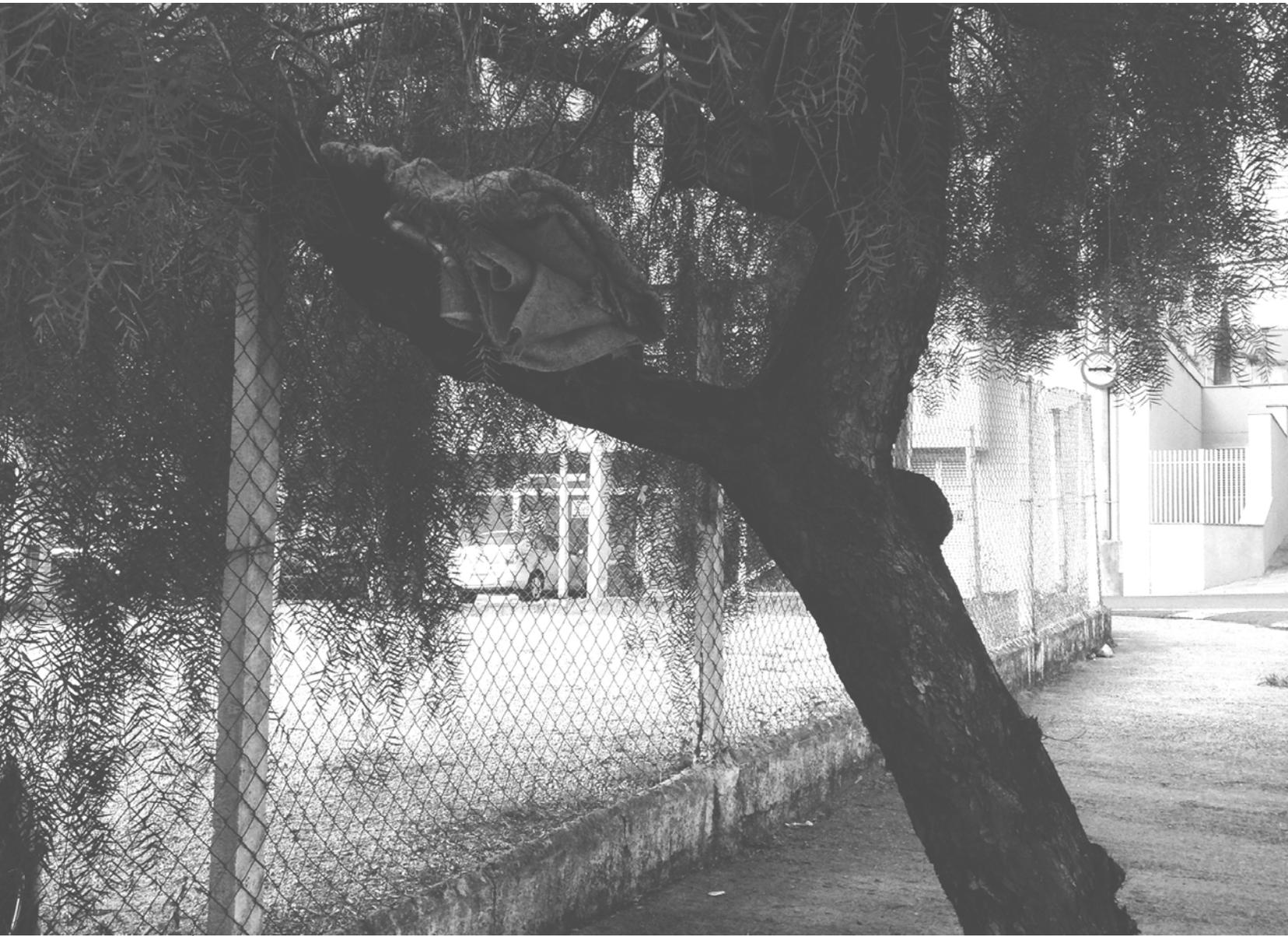


FIGURA 82: Árvore usada para guardar pertences por indivíduo em situação de rua, em Sorocaba – SP. Fonte: Acervo pessoal.

5

PROPOSTA PROJETUAL

PROPOSTA PROJETUAL

Como anteriormente discutido, o lote escolhido para a implantação do polo principal desempenhava a função de estacionamento, utilizando-se apenas uma área irrisória do mesmo para tal fim. Sua localização entre os dois pontos balizadores do projeto, o terminal rodoviário e a praça central, aliado a sua grande dimensão, culminaram em um ponto favorável para a estrutura em questão.

As entrevistas e vivências realizadas nos direcionaram para eixos importantes, o primeiro se pauta na ideia de que se tratando da proposição de uma rede, o conceito de uma estrutura modular é interessante, pois, pressupõe facilidade construtiva, assim como uma possibilidade de replicação facilitada. Nesse sentido, todo o projeto se desenvolve a partir de módulos em estrutura metálica de dimensão 5 metros por 5 metros (figura 83).

Como fora descrito buscou-se realizar uma proposta onde a estrutura abrisse espaço para as apropriações de seus usuários, onde o termo “incorpore - os” destila seu duplo significado o

de seres humanos que por sua condição são considerados incorpóreos, ou seja, são invisibilizados, ao passo da consideração do imperativo do verbo incorporar, significando a necessidade de as pessoas em situação de rua serem incorporadas na dinâmica social e espacial das cidades.

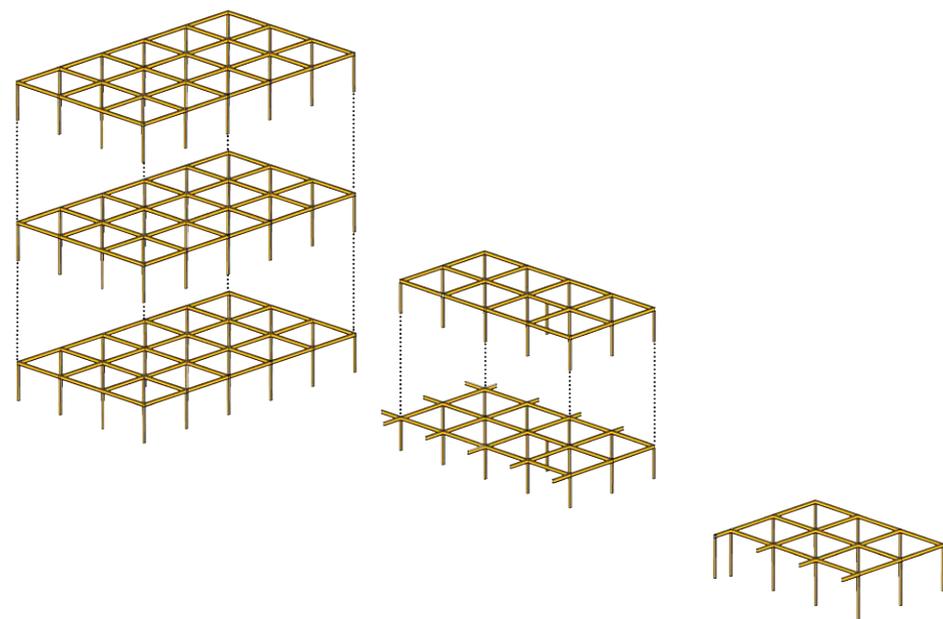


FIGURA 83: Esquema representando a estrutura metálica modular (5 m x 5m) dos blocos. Fonte: Realizado pela autora.

A proposta foi pensada a partir de três blocos (figura 84): a primeira estrutura denominada “Entrada” tem o caráter de amparo voltado a uma esfera mais burocratizada, convergindo para funções que perpassam desde encaminhamento para as entidades competentes (como por exemplo em casos de dependência química, transtornos mentais), recuperação de documentos e possíveis reações sociais para com vínculos existentes, assim como a realização de amparo psicossocial. Nesta primeira estrutura tem-se espaços destinados a armazenagem de pertences, como carrinhos de reciclagem para os usuários que desejam apenas passar pequenos períodos de tempo na estrutura.

O segundo bloco denominado “Dia” abrange demandas básicas da população em questão como: sanitários e lavanderia, oficinas, espaço multiuso, assim como cozinha comunitária e refeitório.

O último bloco denominado como “Noite” destina-se aos usuários que desejam instalar-se na estrutura, nesse sentido, assim como todo o projeto, há a configuração de um edifício casca, ou seja, propõe-se que o público alvo em questão possa

trazer para o edifício seus abrigos, ou até mesmo fabricá-los a partir da existência dos espaços das oficinas no projeto.

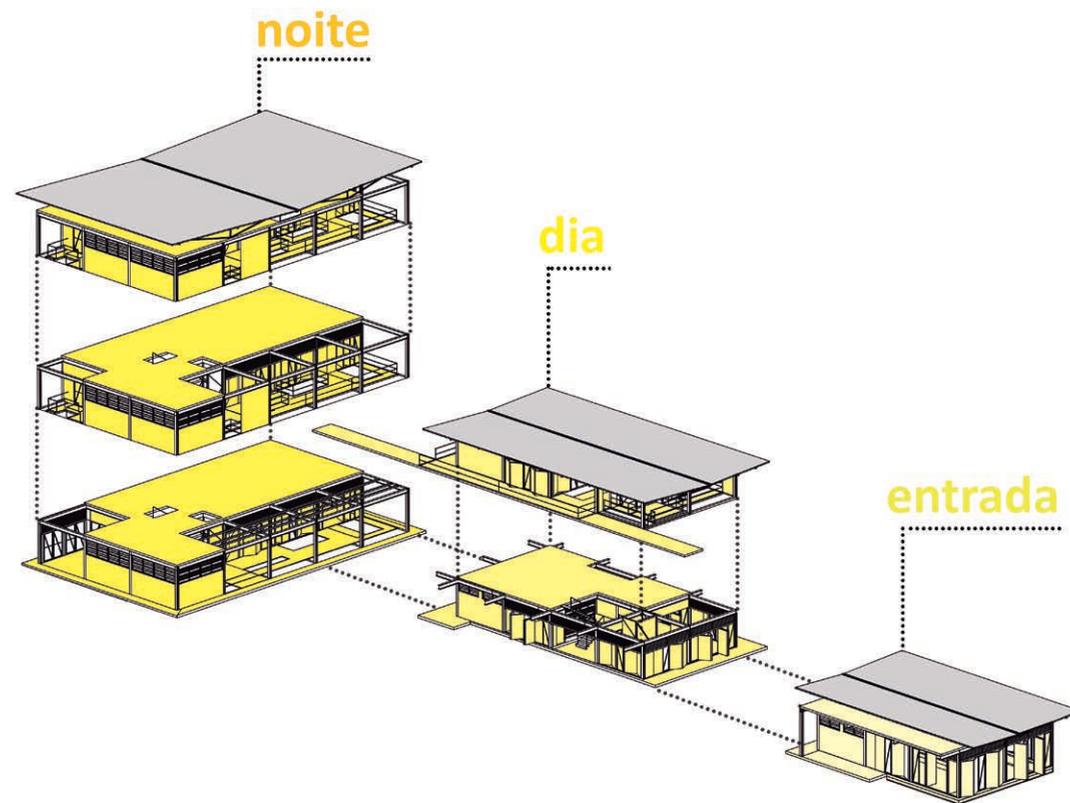


FIGURA 84: Esquema representando a formulação dos três blocos: “entrada”, “dia” e “noite”. Fonte: Realizado pela autora.

Como fora descrito buscou-se realizar uma proposta onde a estrutura abrisse espaço para as apropriações de seus usuários, nesse sentido, toda a vedação se dá por painéis do tipo camarão - tendo como materialidade de tais painéis o tapume (no intento de se configurar como uma vedação fácil de ser alterada pelos usuários, ou seja, a ideia é que tais vedações possam ser substituídas, se essa for a vontade dos usuários, por materiais e estruturas que lhes pareçam convenientes). A vedação é complementada por painéis translúcidos garantindo que mesmo se todas as portas camarões estejam fechadas o local ainda receba iluminação natural, para além de garantir a permeabilidade visual desejada pelos utilizadores, sendo esta uma garantia visual de que o espaço em questão não pretende os aprisionar.

Algumas entrevistas realizadas balizaram que os odores dos locais de pernoite eram um ponto delicado para os utilizadores, pois, muitos dos espaços apresentavam poucas aberturas, o que dificultava a ventilação do local, nesse sentido, a utilização de brises do tipo Comovent

na estrutura garante além de proteção ao direta ao sol uma possibilidade de ventilação permanente.

Como demonstrado na figura 85 sobre detalhes construtivos, a cobertura metálica composta por telhas termo acústicas, tem sua inclinação voltada a um grande reservatório centralizado na laje de cobertura, tal reservatório armazena tanto as águas pluviais captadas pela cobertura, quanto as águas frias (provenientes do abastecimento urbano) para as instalações hidráulicas dos edifícios, tal funcionamento se repete nos três blocos.

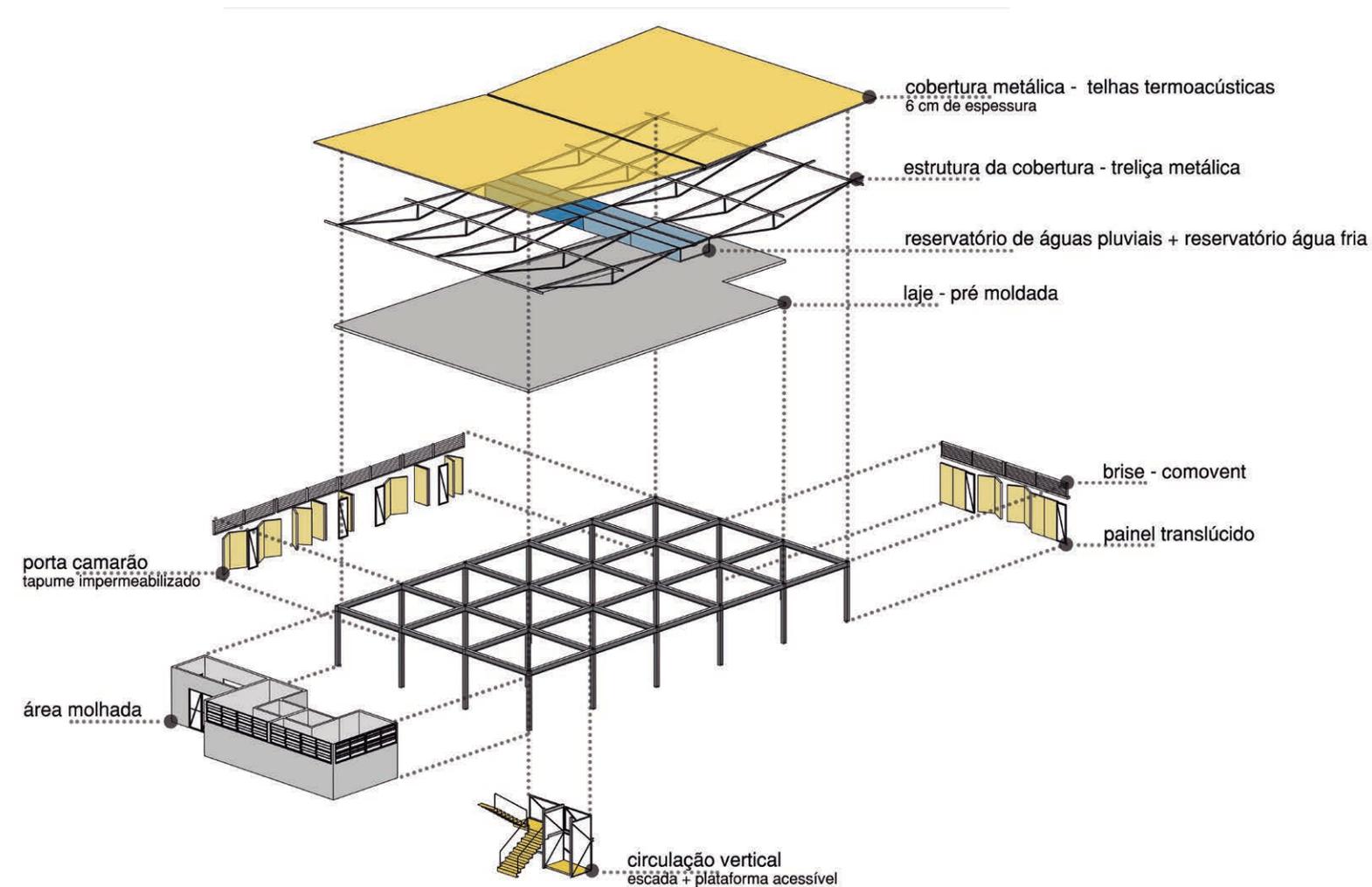


FIGURA 85: Esquema representando a materialidade e detalhes construtivos da estrutura proposta. Fonte: Realizado pela autora.

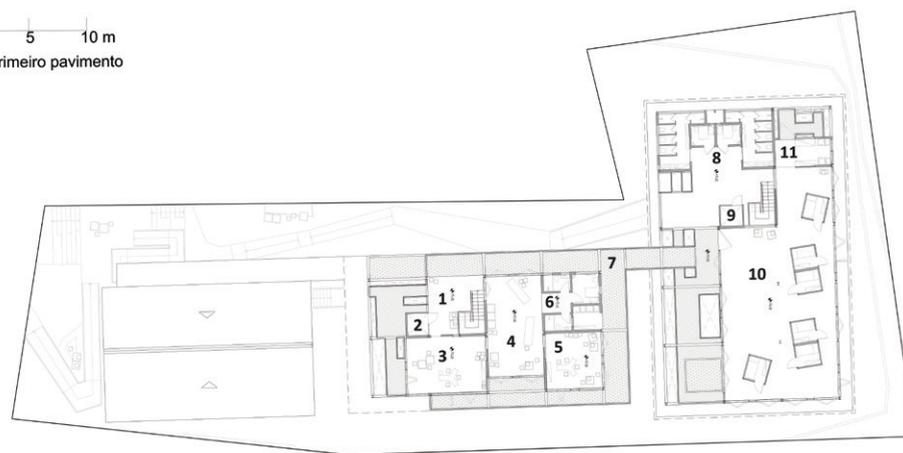
Tem- se esquematizados as funções contidas nos três blocos propostos, a partir das diretrizes programáticas anteriormente discutidas:

- 1- recepção
- 2- armazenamento carrinhos reciclagem
- 3- documentação
- 4- assistência psicossocial
- 5- lavanderia/ dispensa limpeza
- 6- sanitários
- 7- refeitório
- 8- plataforma acessível
- 9- despensa de alimentos
- 10- cozinha comunitária
- 11- horta
- 12- vestiários
- 13- vestiários
- 14- plataforma acessível
- 15- módulo para pernoite
- 16- espaço para módulos /abrigos pernoite
- 17- canil

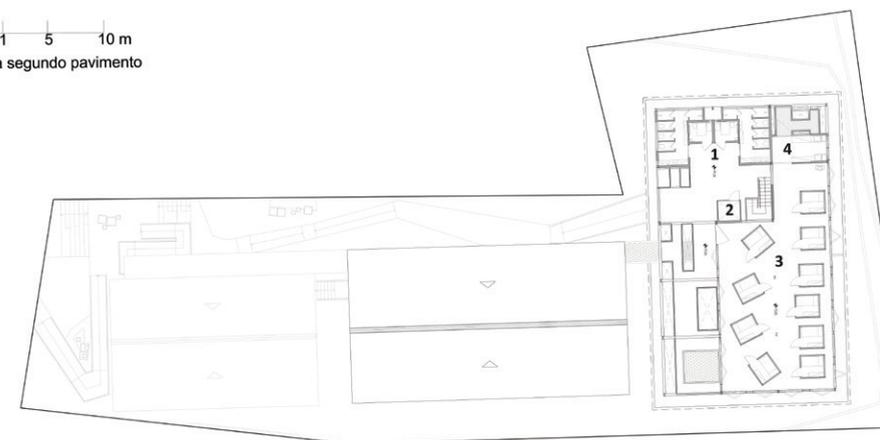


0 1 5 10 m
planta baixa primeiro pavimento

- 1- oficina
- 2- plataforma acessível
- 3- oficina
- 4- lazer
- 5- oficina
- 6- sanitários
- 7- passarela que conecta os três blocos
- 8- vestiários
- 9- plataforma acessível
- 10- espaço para módulos /abrigos pernoite
- 11- lavanderia



0 1 5 10 m
planta baixa segundo pavimento



- 1- vestiários
- 2- plataforma acessível
- 3- espaço para módulos /abrigos pernoite
- 4- lavanderia

0 1 5 10 m
planta de cobertura

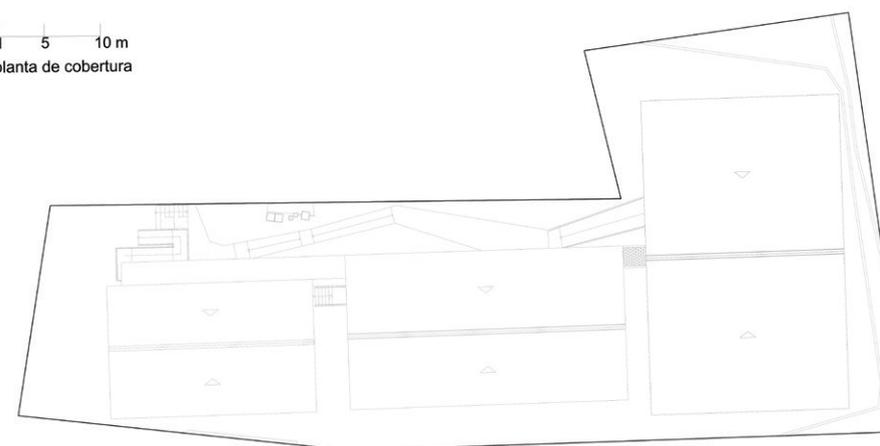


FIGURA 86 a 89: Plantas técnicas do projeto demonstrando seus usos. Fonte: Realizado pela autora.



FIGURA 90: Fachada do projeto. Fonte: Realizado pela autora.

Como pode-se perceber em planta, o projeto tenta diminuir ao máximo a existência de vedações verticais compartimentando ambientes, pois, pretende que os próprios usuários possam fazer tais modificações, intenta-se que toda a estrutura em questão seja passível de um redesenho constante, e que possibilite que o desejo de seus utilizadores se faça presente, que se contamine de seu modo de vida, pois, procurou-se que todas as decisões projetuais refletissem as entrevistas e vivências realizadas ao decorrer deste um ano de trabalho de graduação.

Nessa linha de atuação, pensou-se toda a mobília de forma bastante similar, a partir das imagens realizadas do projeto percebe-se que está se traduz em módulos de madeira os quais não apresentam funções definidas, podendo ser empilhados para as configurações desejadas, assim como se faz presente nos ambientes estruturas metálicas construídas em vergalhões de ferro, no qual tais módulos de madeira podem ser encaixados (figura 91).



FIGURA 91: Vista interior do edifício “Dia”, área da despensa. Fonte: Realizado pela autora.

Como demonstrado na planta baixa do bloco “Noite” (figura 88), foi elaborado um pequeno módulo de pernoite, pensado para os indivíduos que não quiserem trazer seus abrigos ou preferam os propostos, o qual acomoda o espaço suficiente para cama e um pequeno armário, e sua vedação se daria de acordo com o desejo de seu utilizador, tentando imprimir na estrutura a criatividade e linguagem particular destes indivíduos, além do fato de que os módulos poderiam ser acoplados uns aos outros fazendo com que famílias ou grupos pudessem conformar maiores espaços de pernoite conectados, outro ponto relevante é que tais abrigos ou módulos utilizados teriam sua disposição definida pelos usuários em questão, como demonstrado na figura 92.



FIGURA 92: Vista interior do edifício “Noite”, área de pernoite com os módulos propostos. Fonte: Realizado pela autora.



FIGURA 93: Vista exterior do edifício “Noite”, área de convivência. Fonte: Realizado pela autora.

Outro ponto percebido a partir das conversas com a população analisada fora a necessidade de as estruturas receberem seus animais de estimação, desta forma no bloco “Noite” fora realizado uma estrutura para tal finalidade.

Os espaços destinados as oficinas tentam que sejam utilizados para a fabricação das traquitanas necessárias para o cotidiano dos usuários, ou seja, seriam destinados principalmente para a realização de suas bricolagens, para além da possibilidade de serem utilizados para a construção de artefatos para venda, por exemplo, de como vistos na área de análise, pequenos artesanatos com material reciclável. Tais áreas poderão também ser utilizadas para pequenos cursos de capacitação, ou temas voltados ao interesse dos utilizadores.

Todo o projeto, ou seja, os tres blocos, se conectam a partir de uma passarela (figura 94), que se inicia no nível da cobertura do primeiro bloco. Constrói-se dessa forma, um elemento importante de continuidade entre o projeto.



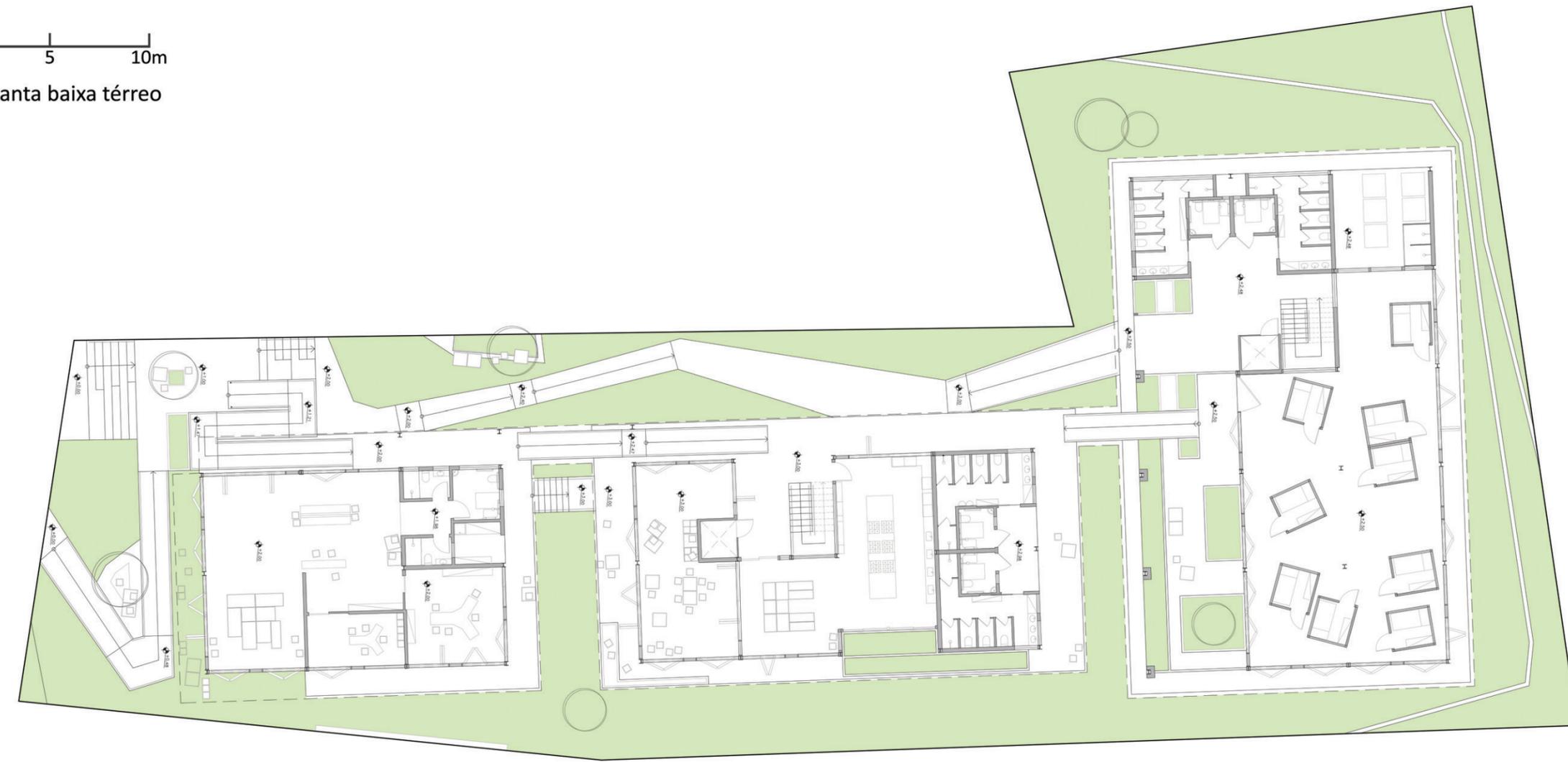
ANEXOS

DESENHOS TÉCNICOS



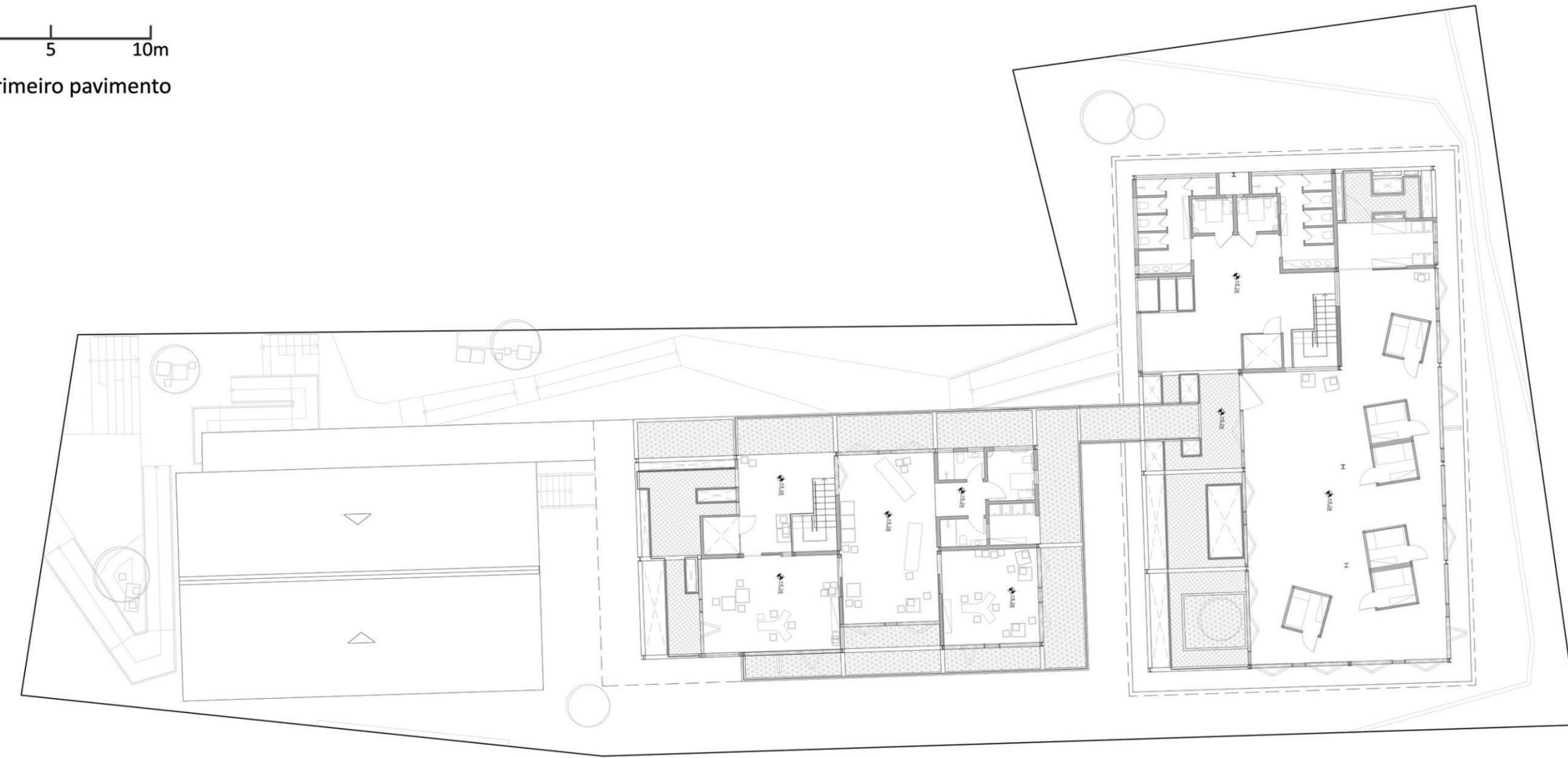
0 1 5 10m

planta baixa térreo



0 1 5 10m

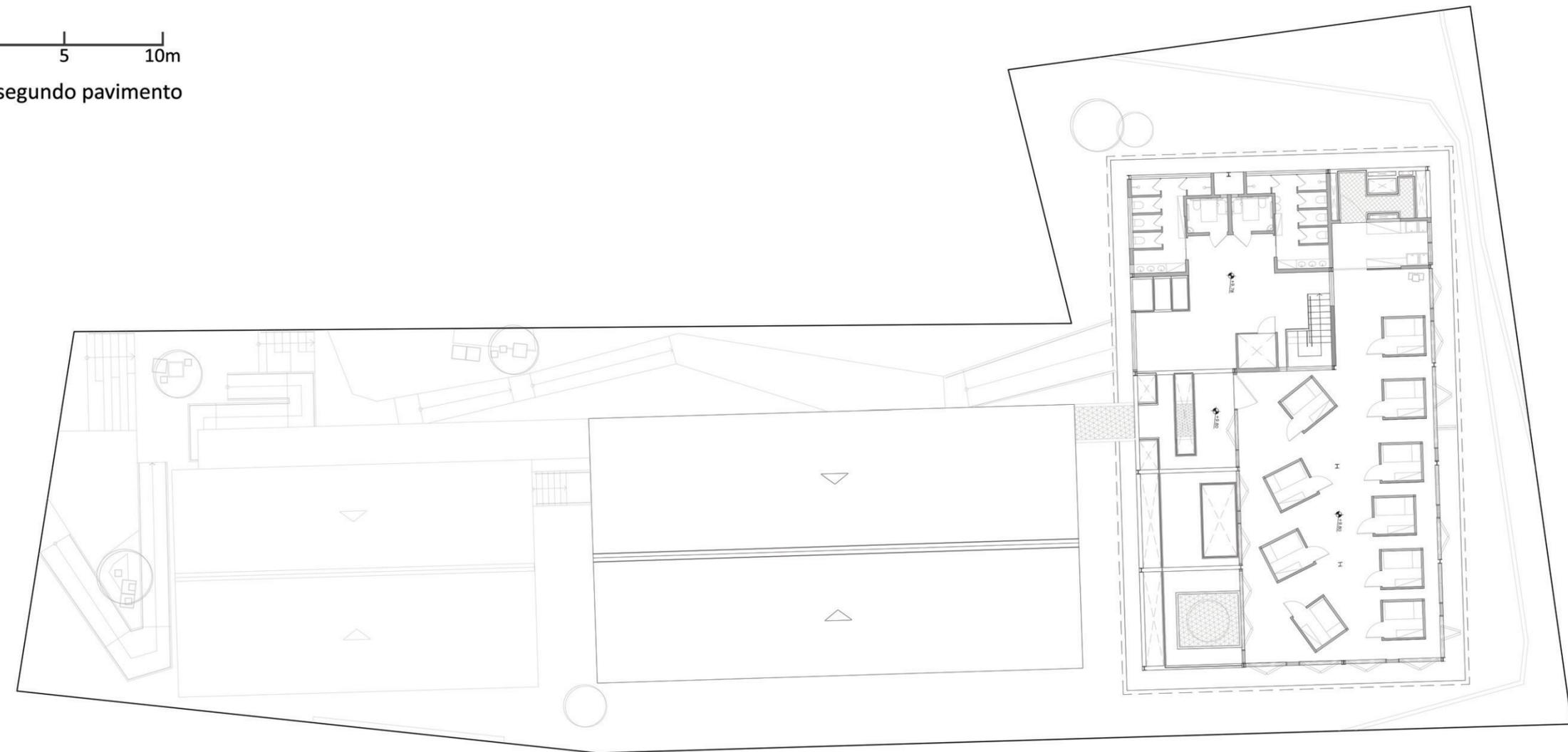
planta do primeiro pavimento





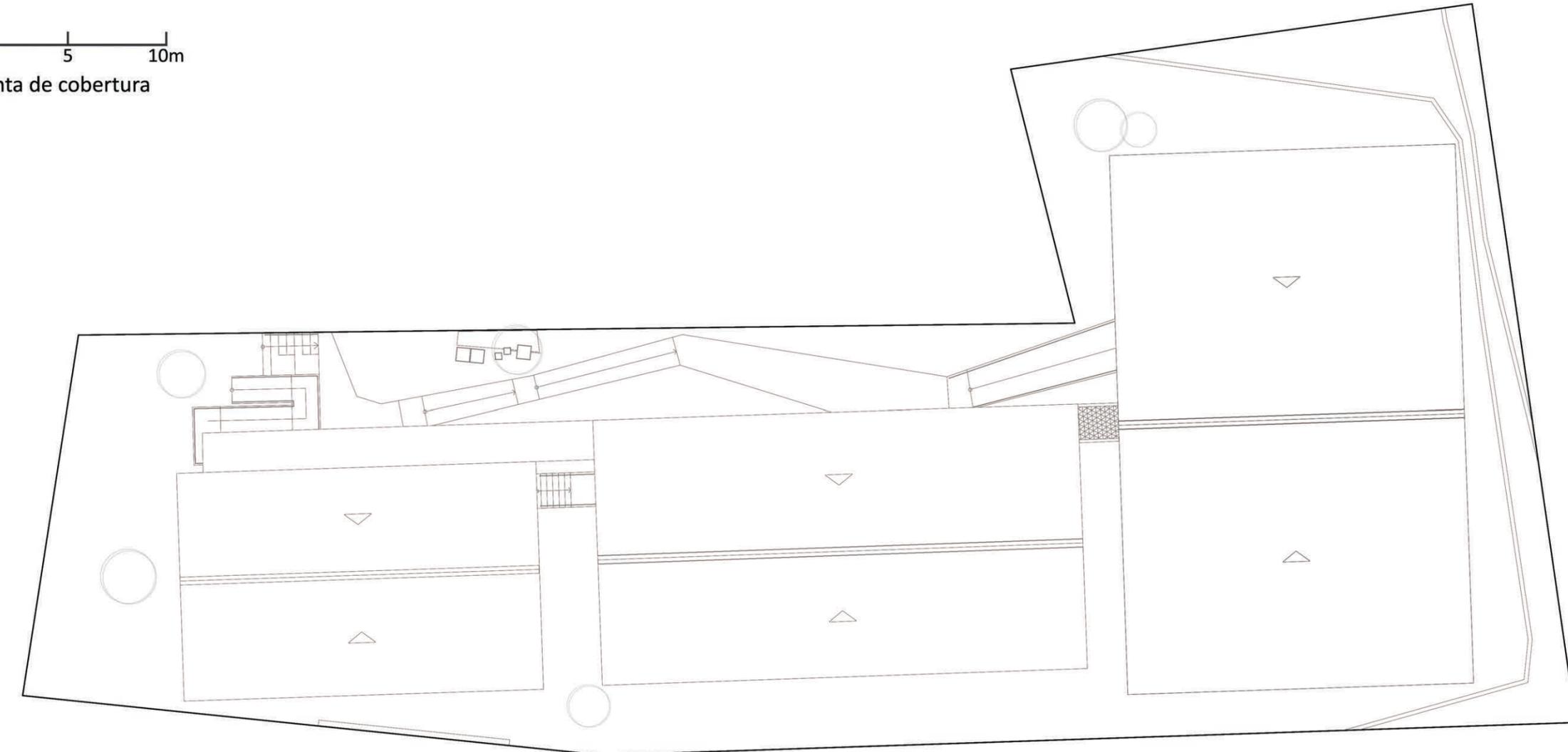
0 1 5 10m

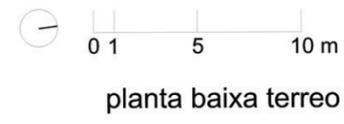
planta do segundo pavimento



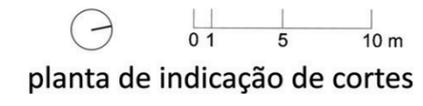
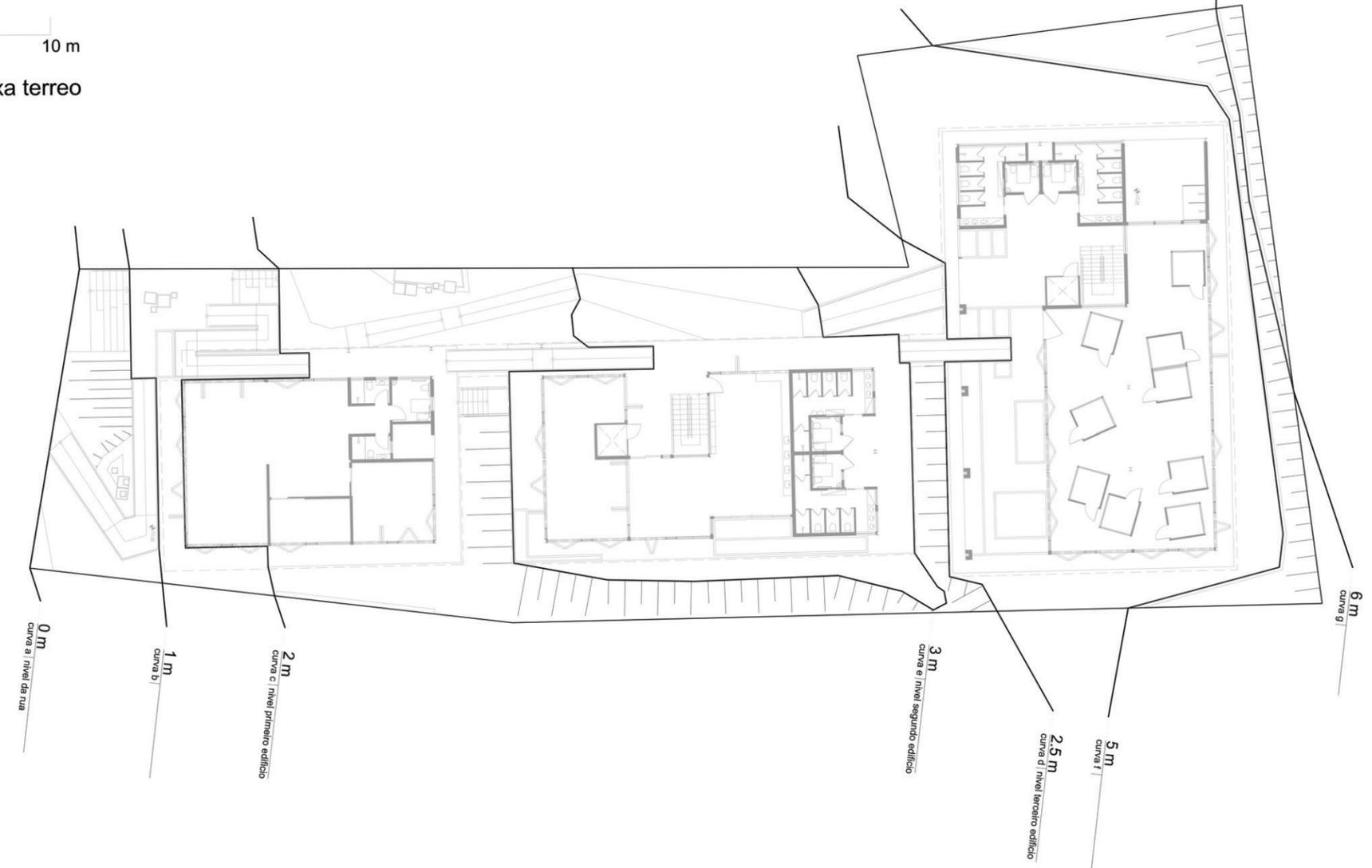
0 1 5 10m

planta de cobertura

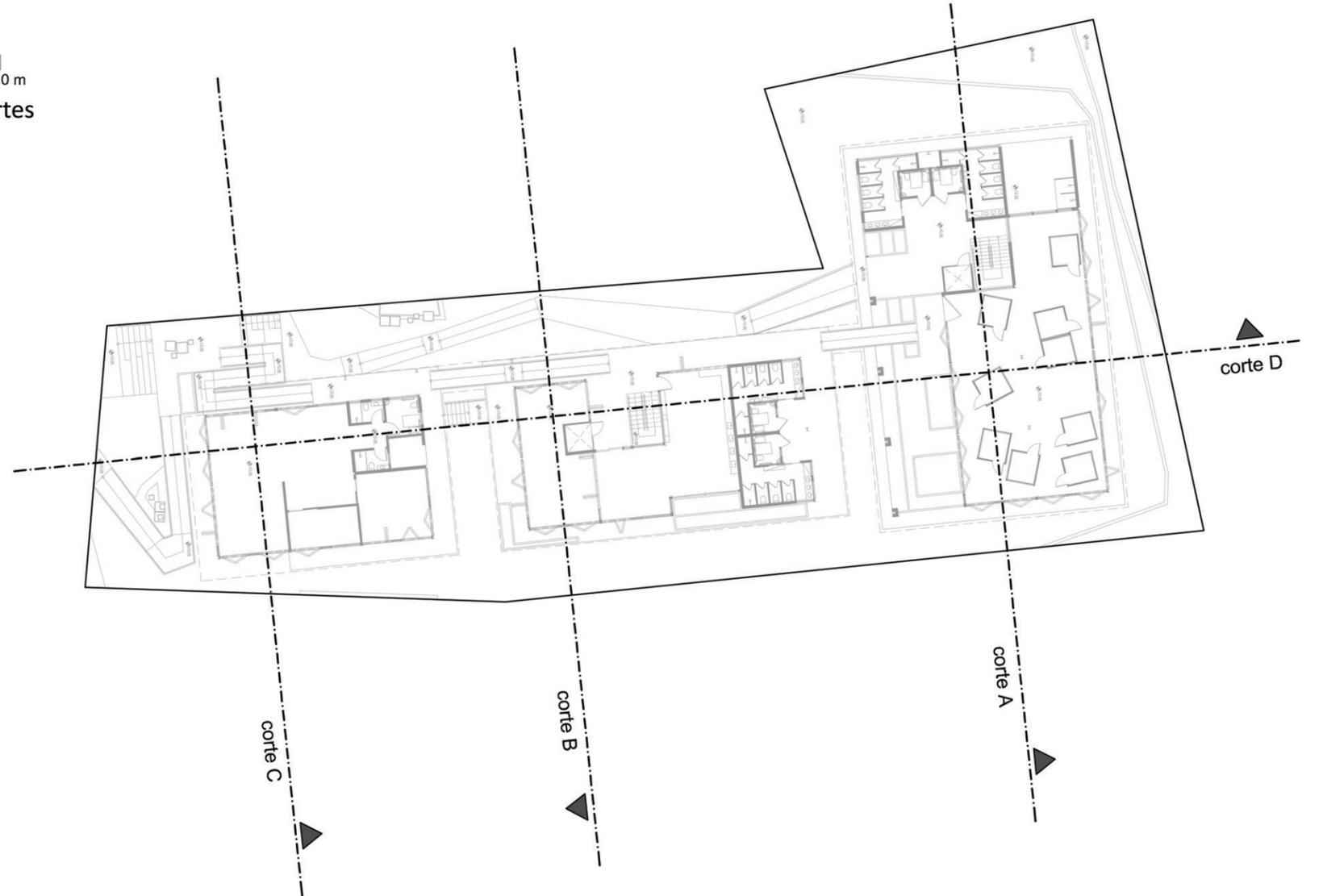


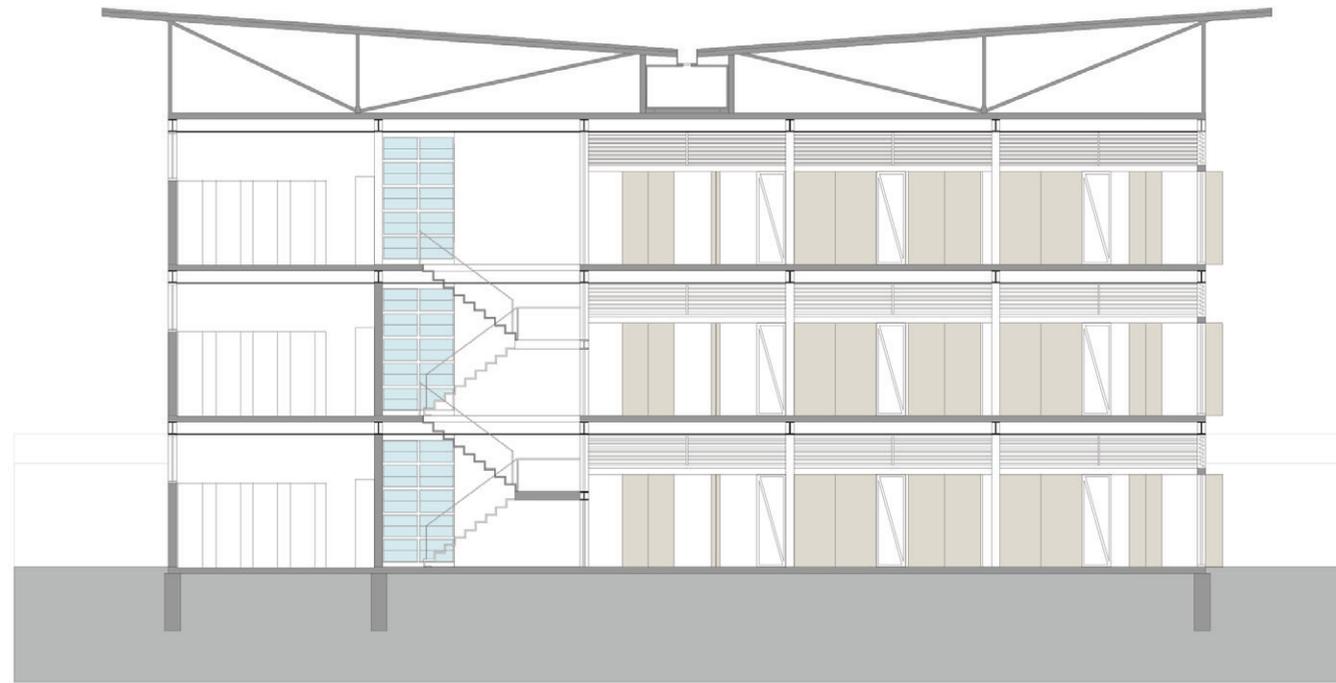


planta baixa terreo

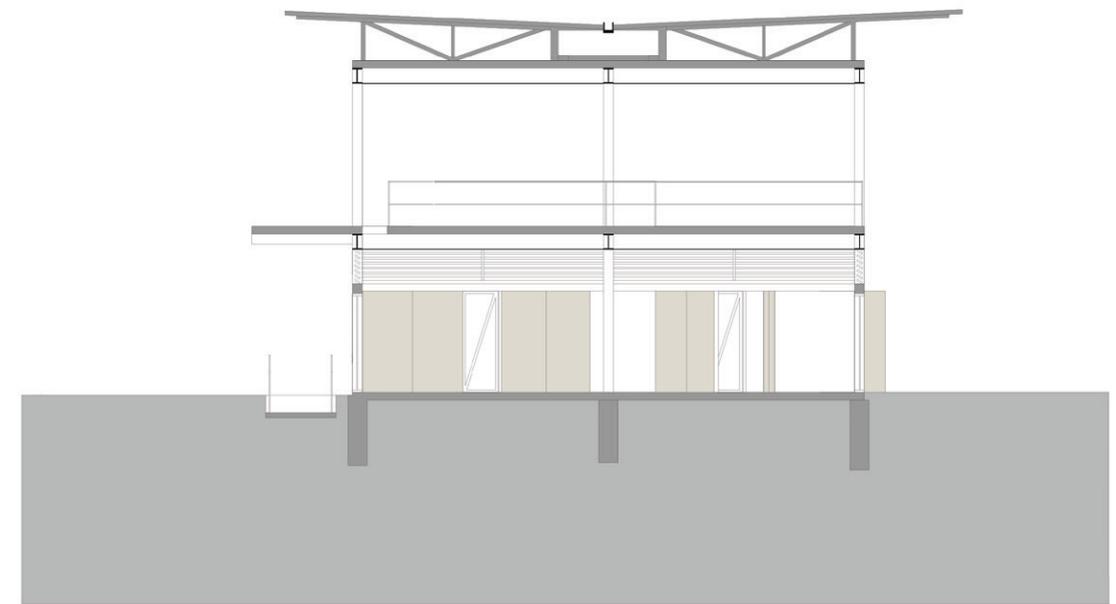


planta de indicação de cortes

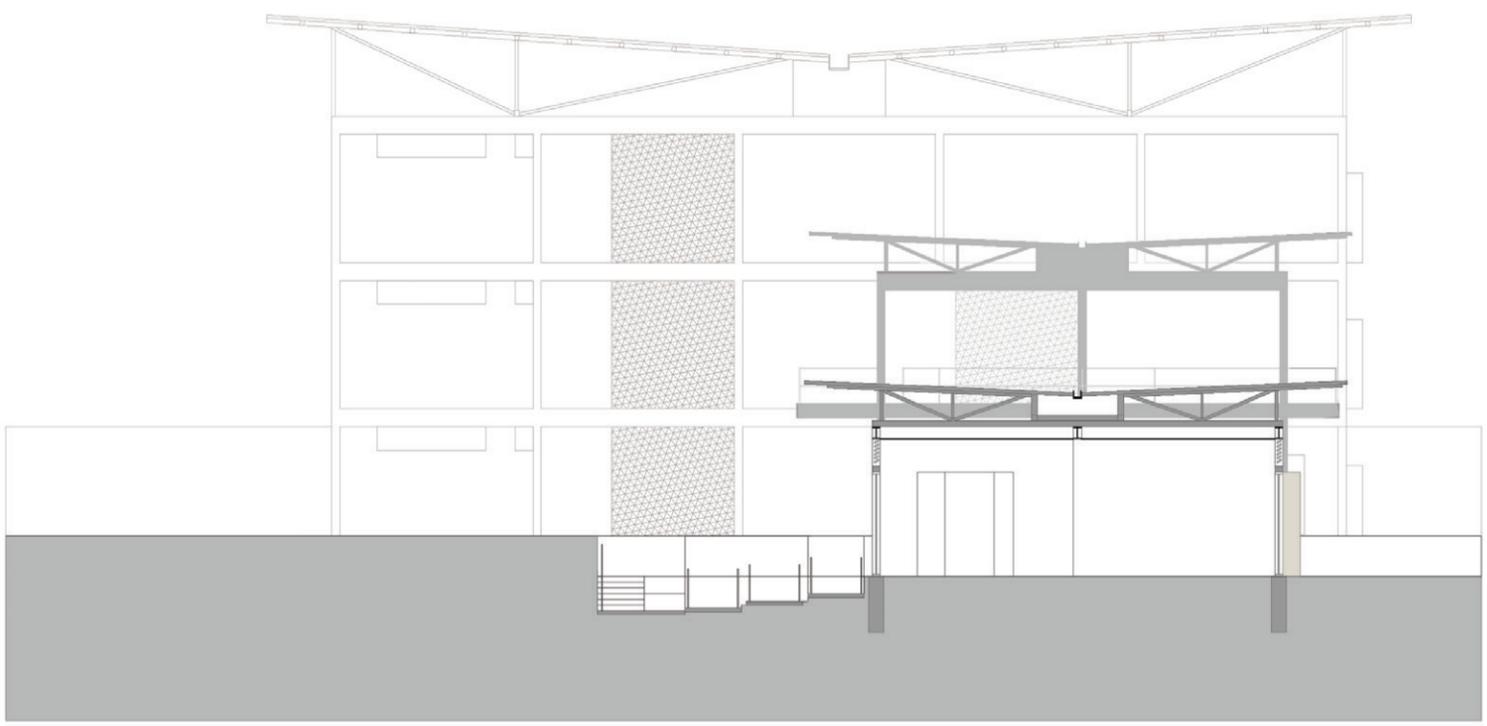




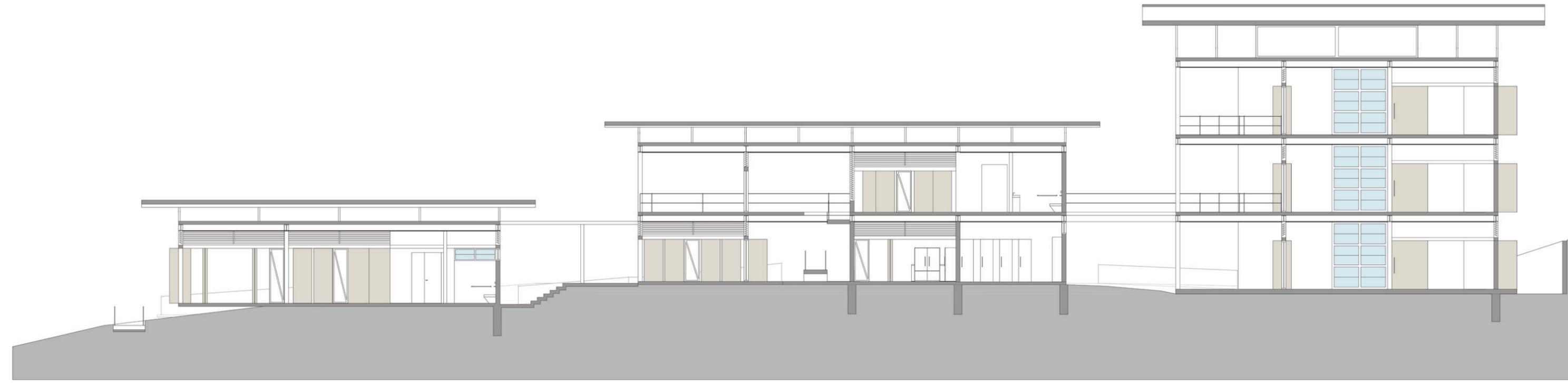
CORTE A
0 1 5 10m



CORTE B
0 0,5 2,5 5m



CORTE C
0 1 5 10m



corte D
0 1 5 10m

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLIS, T.; DARN, Telma; Carvalho, A. N. **Análise preliminar sobre o turismo de negócios em função da dinâmica urbana de Sorocaba.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2008.
BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar ED, 2005.

Buganza, C. P. **Estudo da situação pré-metropolitana de Sorocaba:** características e perspectivas. 138f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Univ. de São Paulo, São Paulo, 2010.

CAMPOS, Alexandre; TEIXEIRA, Carlos M.; MARQUEZ, Renata & CANÇADO, Wellington. **Espaços Colaterais.** Belo horizonte: Instituto Cidades Criativas/ICC, 2008.

CHIAVERINI, Tomás - Cama de Cimento - **Uma Reportagem sobre o Povo das Ruas.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. **A observação participante enquanto técnica de investigação.** Pensar Enfermagem Vol. 13

N.º 2 2º Semestre de 2009.

CÔRTEZ, Mariana Magalhães Pinto. **Modernidade, assimilação e ambivalência no Brasil:** A construção social da ambivalência na sociedade brasileira contemporânea. (Apresentação de Trabalho/Congresso), 2008.

EICHEMBERG, André Teruya. **Moradores de rua:** paredes imaginárias, corpo criativo. *Arquitextos*, São Paulo, ano 04, n. 047.07, Vitruvius, abr. 2004 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.047/597>>.

GOMES, Carla Silene Cardoso Lisbôa Bernardo. **Lévinas e o outro:** a ética da alteridade como fundamento da justiça. Rio de Janeiro, 2008. 90 f. Dissertação Mestrado – Departamento. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

HOVNANIAN, Marcos Antônio Dresler. **Representações Artísticas com os moradores de rua por meio da Luz e do Movimento.** São Paulo. 2013.

Jornal Cruzeiro do Sul. **Cerca de 600 pessoas vivem nas ruas de Sorocaba, aponta comissão de vereadores.** Disponível em: <<http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/685471/cerca-de-600-pessoas-vivem-nas-ruas-de-sorocaba-aponta-comissao-de-vereadores>>. Março, 2016.

KASPER, C. P. **Habitar a rua.** 2006. 250 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MAROTTA, Vince. **Urban sociology and the stranger.** Conference Proceedings, Sociological Association of Australia, 10 f. TASA, 2005.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. **Morar na rua:** há projeto possível?. Dissertação (Mestrado – Área De Concentração: Projeto, Espaço E Cultura) - Fauusp. São Paulo, 2012.

SANTOS, Maria Cecilia Loschiavo dos. **Cidades de Plástico e Papelão:** o habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio. Tese de livre-docência. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

SOROCABA. Prefeitura Municipal. **Plano diretor de Sorocaba.** Sorocaba: 2014. Disponível em: <<http://obras.sorocaba.sp.gov.br/plano-diretor/>>. Acesso em: maio, 2016.

BIBLIOGRAFIA

BEDENDO, Pedro Ichimaru. **Situação de Rua e o Projeto Nova Luz:** Rede de Equipamentos para Proteção Social. São Paulo,

Trabalho Final de Graduação. Fau Usp, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, 2010.

CUNHA, Claudia dos Reis e. **Patrimônio industrial em Sorocaba:** revisitando a Manchester Paulista. Minha Cidade, São Paulo, ano 06, n. 061.01, Vitruvius, ago. 2005 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/06.061/1971>>.

FUÃO, F. Fernando . **As ocupações dos viadutos e as formas do acolhimento na arquitetura.** In: URBICENTROS 4. IV Seminário internacional. Invisibilidades e contradições no urbano, 2013, João Pessoa. Editora universitária. UFPB, 2013.

GARCIA, Marília M.R. **Centro de Apoio ao Morador de Rua:** Arquitetura no Âmbito Social. 2014. 86 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Belas Artes, São Paulo, 2014.

MENDEZ, Silmara Yurksaityte. **Centro-Pop:** a Implantação nos Municípios: Caso de Sorocaba (SP). 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MOCARZEL, Evaldo Santos. **À margem da imagem.** Documentário. Produção de Ugo Giorgetti, direção de Evaldo Mocarzel. São Paulo, SP filmes, 2003. 72 minutos, colorido, 35mm.

PEREIRA, Luiz Fernando de Paula. **No labirinto da gestão:** Notas sobre moradores de rua e trabalhadores da Assistência Social. Dissertação (mestrado), PPGS, UFSCar, 2013.

ROSA, O. Lorena. **Invisibilidade Urbana:** discutindo a complexidade da população em situação de rua; 2011; Iniciação Científica; (Graduando em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

Santana, S. Flávia. **Casa de Acolhida do Carmo.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Curso de Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Universidade de São Paulo.

SOUZA, Íris Pâmela de Oliveira. **Centro de Acolhimento e Apoio ao Morador de Rua:** Arquitetura no Âmbito Social. 2015. 147 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo.

VARANDA, Walter. **Liminaridade, bebidas alcóolicas e outras drogas:** funções e significados entre moradores de rua. 2009. Tese (Doutorado em Saúde Materno Infantil) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.